



## **PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 02**

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	4
<b>2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR</b> .....	6
2.1 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA.....	6
2.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....	6
2.3 EQUIPE GESTORA.....	7
2.4 ESTRUTURA FÍSICA .....	7
<b>3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE</b> .....	8
<b>4 FUNÇÃO SOCIAL</b> .....	10
<b>5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES</b> .....	11
<b>6 MISSÃO E OBJETIVOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b> .....	12
<b>7 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b> .....	13
7.1 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL .....	13
7.2 AVALIAÇÃO FORMATIVA.....	14
<b>8 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO</b> .....	17
8.1 A OFERTA DE CURSOS E O ANO LETIVO .....	17
8.2 AS ENTURMAÇÕES .....	18
8.3 O ENSINO MÉDIO REGULAR .....	19
8.4 O ENSINO MÉDIO NA EJA .....	21
8.5 EJA INTERVENTIVA .....	22
8.6 CLASSE ESPECIAL .....	23
8.7 SALA DE REGURSOS GENERALISTA .....	24
8.8 SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL .....	26
8.9 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM .....	30
8.10 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR.....	34
8.11 A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	35
<b>9 AVALIAÇÃO</b> .....	39
9.1 DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO E INSTRUMENTOS/ PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS UTILIZADOS NA UNIDADE ESCOLAR .....	39
9.2 OS REGISTROS DE AVALIAÇÃO .....	40
9.3 O CONSELHO DE CLASSE.....	41

9.4 ESTUDOS EM RECUPERAÇÃO .....	41
9.5 PROGRESSÃO PARCIAL EM REGIME DE DEPENDÊNCIA.....	42
<b>10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....</b>	<b>44</b>
10.1 ENSINO MÉDIO REGULAR .....	44
10.2 ENSINO MÉDIO NA EJA.....	45
10.3 CLASSE ESPECIAL .....	45
<b>11 PLANO DE AÇÃO .....</b>	<b>47</b>
<b>12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PP .....</b>	<b>51</b>
<b>13 PROJETOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>52</b>
13.1 MOSTRA PEDAGÓGICA .....	52
13.2 GINCANA .....	54
13.3 JOGOS INTERCLASSE .....	55
13.4 PROVA INTERDISCIPLINAR .....	55
13.5 VIVA A VIDA.....	56
13.6 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA .....	58
13.7 BIBLIOTECA GRACILIANO RAMOS.....	59
13.8 SEMANA DA EJA .....	61
13.9 SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA .....	62
13.10 MURAL VIVO.....	63
13.11 SABORES DA DIVERSIDADE .....	64
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO PARA DISCUSSÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA</b> Erro! Indicador não definido.	
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO .....</b> Erro! Indicador não definido.	
<b>APÊNDICE C - ATAS .....</b> Erro! Indicador não definido.	

## 1 APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico (PPP) estabelece uma relação entre as dimensões política, pedagógica e administrativa da prática educativa desenvolvida no Centro de Ensino Médio 02 de Sobradinho<sup>1</sup>. Dessa forma, a partir dos anseios da comunidade escolar — corpo discente e docente, servidores de apoio, pais e responsáveis —, foram sistematizados neste documento o funcionamento da escola, as ações aqui realizadas e a fundamentação teórico-metodológica que norteia a nossa prática pedagógica.

A construção do atual PPP se deu por meio das seguintes etapas: revisão do documento vigente; estudo diagnóstico quanto às características e necessidades da comunidade escolar; discussão com os atores educacionais sobre a escola que se tem e a escola que se quer, elencando os objetivos da prática e as ações exequíveis para alcançá-los; e (re)construção do texto por parte da comissão organizadora.

Após a apresentação feita nessa primeira seção, são tecidas, na segunda, considerações sobre como o CEM 02 se constituiu historicamente como escola, seus dados de identificação, a relação de servidores que compõem a equipe gestora da unidade escolar e a atual estrutura física da qual dispõe.

As características social, econômica e cultural da comunidade são descritas na terceira seção.

A quarta seção traz considerações sobre o que o grupo de atores educacionais compreende ser a função da escola.

Na quinta seção, destaca-se o conjunto de princípios e crenças que sustentam as principais decisões e ações pedagógicas e administrativas aqui realizadas.

O entendimento coletivo sobre quais os objetivos da unidade escolar no âmbito das aprendizagens está descrito na sexta seção.

A seção de número sete traz os pressupostos que compõem os arcabouços teórico-metodológicos norteadores da prática avaliativa, bem como a construção e

---

<sup>1</sup> No intuito de conferir mais objetividade ao texto, o Centro de Ensino Médio 02 de Sobradinho será mencionado como CEM 02 neste documento.

implementação da proposta curricular.

Na oitava seção descrevem-se a oferta de cursos na unidade escolar e a composição do ano letivo; as enturmações dos estudantes; as especificidades da prática no ensino médio (regular e EJA) e no ensino fundamental (EJA interventiva e classe especial); o serviço fornecido pelos profissionais da SRG, da EEAA e do SOE; os princípios da gestão democrática, bem como o processo de eleição de diretor e vice-diretor neles fundamentada; e o trabalho na coordenação pedagógica.

Na nona seção são descritos os instrumentos e procedimento avaliativos utilizados na prática avaliativa, os registros de avaliação, o conselho de classe, os estudos em recuperação e a progressão parcial em regime de dependência.

A forma como a unidade escolar promove a interdisciplinaridade, o trabalho com projetos, a relação da teoria com a prática, a contextualização, o trabalho com os temas transversais, fundamentando-se no Currículo da Educação Básica da SEEDF, foi exposta na décima seção.

O Plano de Ação para implementação da Proposta Pedagógica está descrito na décima primeira seção.

O processo de avaliação da Proposta Pedagógica, considerando a periodicidade, os procedimentos e as formas de registro, está descrito na décima segunda seção.

Por fim, na seção de número 13, descrevem-se os projetos implementados na unidade escolar, destacando-se suas respectivas justificativas, seus objetivos e metodologias.

## 2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

### 2.1 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA

O CEM 02 originou-se do ginásio noturno de Sobradinho, com suas atividades iniciadas em abril de 1962. No ano de 1963, começou a funcionar em um prédio próprio no período diurno, tendo como primeiro Diretor o professor Juarez De Góis, passando a ser chamada Ginásio Industrial de Sobradinho. Em 1965, quando se inicia o funcionamento do segundo ciclo, passa a ser denominada Colégio de Sobradinho, embora não houvesse, nesse sentido, nenhum ato oficial. Em 21 de outubro de 1976, houve uma alteração na denominação da escola a partir da Resolução n.º 95, presente no diário oficial n.º 30 de 11 de fevereiro de 1977. Segundo tal documento, o Colégio de Sobradinho passou a se chamar Centro Educacional 02 de Sobradinho.

Até o ano de 1976 as escolas de aplicação e os jardins de infância de aplicação eram integrados aos estabelecimentos de ensino de 2.º grau, nos quais funcionavam os cursos de formação profissional de professores (magistério) e técnico em edificações, mantendo, no entanto, direções distintas, conforme determinava o regimento da Fundação Educacional do Distrito Federal, aprovado pela Resolução n.º 33, de 10 de dezembro de 1971.

Atualmente, o CEM 02 atende, na etapa do Ensino Médio, 28 turmas regulares e 10 turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ensino fundamental, atende 02 turmas de EJA Interventiva e 01 de Classe Especial.

### 2.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Unidade Escolar: Centro de Ensino Médio 02 de Sobradinho

Endereço: Quadra 12 Área Especial 05 Sobradinho-DF, CEP 73011135

Telefone: 3901 4426

Código da escola no MEC: 53005473

*E-mail:* ced2sob@gmail.com<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Esse e-mail foi gerado quando a escola ainda se chamava Centro Educacional 02 de Sobradinho

## 2.3 EQUIPE GESTORA

**Diretora:** Ana Maria de Araújo da Silva.

**Vice-diretor:** Welder Lima de Ataidés.

**Supervisores:** Marcelo Guimarães de Souza, Betânia Maria de Brito, Francinete Alves de Aguiar e Claudia Antônia Collen.

**Chefe da Secretaria:** Júlio César Rocha Nobre.

## 2.4 ESTRUTURA FÍSICA

O espaço físico da escola dispõe de laboratório de ciências; laboratório de informática com 25 computadores; biblioteca; cozinha, que fornece refeições aos alunos de todos os turnos; refeitório; sala da secretaria; mecanografia com 2 duplicadores; sala dos serviços auxiliares; sala do SOE e EEAA; sala de recursos generalista; sala para os servidores da limpeza; sala dos professores; sala de coordenação; cineclube, com computador, projetor, DVD player e equipamento de áudio; auditório; duas salas de multimídia, com um projetor fixo e uma caixa de som; e quinze salas de aula convencionais, cinco banheiros e três quadras esportivas.

### 3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A comunidade escolar do CEM 02 é composta por pessoas oriundas das quadras próximas à sua localização e de regiões distantes, como Nova Colina, condomínios e zona rural de Sobradinho (Polo de Cinema, Rota do Cavalo, Setor de Chácaras), Fercal (Queima Lençol), Sobradinho II e Planaltina. Dessa feita, esta escola compreende um espaço plural e diverso, até mesmo pela sua própria localização geográfica e estratégica próxima à Rodoviária de Sobradinho.

Foi observado que, na primeira década dos anos 2000, a escola passou por um grave processo de degradação física e disciplinar, apresentando condições físicas insatisfatórias, como pichações por toda parte — as quais atingiam as áreas externas e internas, todos os pavilhões e salas de aula —, vidros quebrados, quadros negros inapropriados, espaços desativados por falta de condições de uso, entre outros danos. Tal situação foi objeto de análise e discussão entre estudantes e professores, que, contando com o auxílio dos demais setores e da comunidade escolar, elaboraram estratégias e ações para recuperar o ambiente.

Assim, a partir do ano de 2.014, conforme as possibilidades e elencadas as necessidades prioritárias, foram colocadas em prática as sugestões, facultando a apresentação de outro aspecto físico — bem melhor que o anterior, haja vista as reformas, pinturas e reativação de ambientes —, como também a efetivação de intervenções pedagógicas e disciplinares envolvendo a equipe gestora e a de professores, o que já resultou em modificação processual nas práticas de todos, sendo perceptível a mudança de postura dos estudantes quanto à valorização do ambiente escolar, à conservação patrimonial e ao cumprimento das normas escolares.

Ainda há muito a realizar. As metas da escola agora estendem-se muito além das questões físicas e estruturais. O maior desafio compreende o avanço em relação à qualidade do ensino, a melhora dos desempenhos e a construção de uma proposta pedagógica que atenda às reais necessidades dessa clientela tão ímpar e variada.

Cabe ressaltar que o CEM 02 é uma escola inclusiva, atendendo, conquanto, estudantes com transtornos funcionais, estudantes com necessidades educacionais



especiais incluídos nas classes regulares do Ensino Médio, na EJA e na Classe Especial, o que requer um processo educacional de qualidade voltado para todos e com todos, independentemente dos comprometimentos que possam se apresentar.

Esses estudantes, de acordo com suas necessidades e especificidades, são atendidos pelo SOE, EEAA, SRG e professores da Educação Especial, que promovem discussões pedagógicas e definem ações conjuntas sobre estratégias de intervenções educacionais e de orientação das práticas e adequações necessárias para que a inclusão ocorra de fato.

A escola atende cerca de mil e quinhentos estudantes, de praticamente todas as idades e níveis socioeconômicos e culturais; todavia, observa-se que grande parte do alunado advém das áreas urbanas, com renda média familiar de um a dois salários mínimos, apresentando significativa desagregação familiar, o que aumenta o desafio em oferecer um ensino de qualidade para o exercício pleno da cidadania, a inserção no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos.

## 4 FUNÇÃO SOCIAL

O CEM 02 é uma escola plural e inclusiva. Não é simples, portanto, formular uma proposta de política educacional que contemple a todas as necessidades e especificidades pedagógicas desta. Sabe-se, no entanto, que a escola enquanto instituição social reflete no seu interior as determinações e contradições desta mesma sociedade na qual está inserida e que a diversidade presente no ambiente escolar não constitui um entrave, e sim um fator que contribui para a constituição de um espaço inclusivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394 de 1996 (LDB) enfatiza a função social da escola em formar o cidadão, propiciando ao educando a construção de conhecimentos, atitudes, e valores que o torne crítico, criativo, ético, participativo e autônomo (BRASIL, 1996). Para tanto é necessário a participação efetiva de todos nesse processo, levando em consideração o estudante, o docente, a comunidade e demais profissionais de apoio (assistentes à educação, orientadores educacionais, equipes externas, instituições não governamentais, conselho Escolar, conselho de Segurança), para que as transformações de fato ocorram.

Dessa forma, esta instituição busca possibilitar a seus educandos o desenvolvimento das competências necessárias na solução de problemas que envolvam a situações reais da vida em sociedade, por meio do estudo dos conhecimentos historicamente construídos, bem como o acesso à cultura e a convivência entre pares, ressaltando, nesse processo, o resgate de valores familiares e éticos que lhes proporcionem experiências exitosas.

## 5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Em consonância com a LDB, a prática pedagógica no CEMD 02 é orientada de forma a garantir o protagonismo estudantil, a valorização e autonomia do educador, a pluralidade do pensamento, a liberdade de expressão, o respeito às individualidades, a inclusão efetiva de todos educandos nas atividades propostas e a integração com a comunidade. Segundo o artigo 3.º da lei, o ensino é baseado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
  - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
  - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
  - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - VII - valorização do profissional da educação escolar;
  - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
  - IX - garantia de padrão de qualidade;
  - X - valorização da experiência extra-escolar;
  - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
  - XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
  - XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- (BRASIL, 1996, [s.p.]).

Entende-se que é necessário possibilitar a todos os atores educacionais espaço de fala e escuta — percebendo-os como seres sensíveis às questões que influenciam suas interações com o mundo e participantes ativos na construção das próprias realidades — seja no (re)planejamento das ações que compõem a nossa prática ou na participação das atividades que as concretizam.

## 6 MISSÃO E OBJETIVOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A missão da unidade escolar é proporcionar atendimento educacional de excelência a todos que dele tenham direito em suas idiossincrasias, formando-os para a atuação na vida em sociedade fundamentada na ética e nos valores da liberdade, justiça social, pluralidade e solidariedade.

O trabalho realizado no CEM 02 de Sobradinho se caracteriza pela integração das atividades correlatas aos conhecimentos curriculares com as de ação coletiva, que fitam o acolhimento não só estudantil, mas de todos os atores educacionais e colaboradores. Proporcionam-se espaços de fala e escuta, nos quais discutem-se a inteligência emocional, o respeito ao próximo, as experiências de vida e os anseios dos indivíduos que concretizam a prática pedagógica na escola.

Por meio das discussões promovidas com os atores educacionais na semana pedagógica, concluiu-se que o CEM 02 tem como objetivo geral para o processo de ensino-aprendizagem — em concordância com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), com a LDB (BRASIL, 1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), e com o Plano Distrital de Educação (BRASIL, 2015) — preparar o estudante para o exercício pleno da cidadania e desenvolver as competências básicas necessárias no trabalho e em estudos posteriores. São objetivos específicos, nesse contexto, ainda fundamentados em tais referências:

- a) Desenvolver habilidades relacionadas à resolução de exames externos por meio de atividades interdisciplinares.
- b) Desenvolver a capacidade de tomada de decisão e habilidades relacionadas ao fazer, com vistas ao ingresso no mercado de trabalho.
- c) Desenvolver habilidades básicas — como as relacionadas à leitura, escrita, cálculo e interpretação de texto — exigidas em etapas anteriores do processo educativo e que ainda não foram adquiridas.
- d) Contrastar o conhecimento acerca de diferentes realidades, tendo como princípio os saberes e experiências próprias dos estudantes; promover a educação com vistas ao exercício da cidadania.

## 7 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 7.1 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

O currículo da educação básica do Distrito Federal é sustentado na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural “por apresentarem elementos objetivos e coerentes na compreensão da realidade social e educacional” (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p.32). A escolha desses arcabouços justifica-se, entre vários fatores, na realidade socioeconômica da população local (DISTRITO FEDERAL, 2014b).

A Pedagogia Histórico-Crítica define que os sujeitos são formados nas relações sociais e suas interações com a natureza para produção e reprodução da própria realidade; conseqüentemente, o processo educativo não acontece solitariamente, mas na relação com o outro e com o ambiente. Nesse contexto, a aprendizagem não é mais entendida como fenômeno isolado e inato, e, sim, como “processo de interações de estudantes com o mundo, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente favorável à humanização” (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p.33).

Para a Psicologia Histórico-Cultural, o processo de aprendizagem tem como ponto de partida a identificação da prática social num movimento de vivência do conteúdo por parte do educando, pois

A partir dessa identificação, a problematização favorece o questionamento crítico dos conhecimentos prévios da prática social e desencadeia outro processo mediado pelo docente, o de instrumentalização teórica, em que o diálogo entre os diversos saberes possibilita a construção de novos conhecimentos (SAVIANI,2003). (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p.34).

Nesse sentido, se faz necessário, então, que a PP contemple as práticas e interesses sociais da comunidade, para que aos professores e estudantes seja possibilitado que tenham novos posicionamentos em relação à prática correlata ao conteúdo estudado, mesmo que a compreensão ainda não tenha se concretizado como prática de fato, porque requer aplicação em situações reais (DISTRITO FEDERAL, 2014b).

Nesse contexto, prática pedagógica com significado social deve superar a

dimensão técnica, transpassada por conhecimentos, na direção das relações interpessoais e vivências de caráter afetivo, valorativo e ético. Assim, a escola passa a ser espaço não só de domínio de habilidades, competências e conhecimentos que preparam para o mercado de trabalho, mas também de “espaço privilegiado de produção de cultura, de valorização de saberes, práticas e conteúdo que desenvolvam a consciência de classe” (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p.77).

## 7.2 AVALIAÇÃO FORMATIVA

Para Gonçalves e Larchert (2011), a partir do final da década de 1980 e início de 1990, surgem ideias progressistas quanto à avaliação educacional no Brasil. Cipriano Luckesi, Philippe Perrenoud e Hoffmann são educadores cujas ideias nesse âmbito foram importantes em tal processo.

Perrenoud (1999) tece críticas convergentes às de Luckesi quanto à utilização de instrumentos avaliativos e das notas atribuídas às atividades realizadas como meios para regular o trabalho, a dedicação e a disciplina em sala, tendo como único objetivo a aprovação em uma etapa educacional. A nota, para ele, não reflete o que o aluno produziu e aprendeu durante tal etapa, mas já se está apto a ser promovido, ou não, à próxima. O autor defende a gestão das aprendizagens a partir da observação metódica do desenvolvimento dos estudantes a fim de ajustar as intervenções que propõe.

Luckesi (2008) nos alerta quanto à prática que denomina de pedagogia do exame, em detrimento da pedagogia das aprendizagens. O autor afirma que a valorização exacerbada das provas e testes acaba por desviar os objetivos do processo educativo para o alcance de altos percentuais de aprovação. O professor, nesse processo, utiliza-se da necessidade de aprovação por parte dos alunos para controlá-los, alegando que se não estudarem ou mantiverem a disciplina, terminarão retidos. O autor defende a avaliação diagnóstica, que possibilita ao professor a tomada de decisão a partir das informações que indicam em que estágio se encontra o processo de aprendizagem do estudante, em contraponto à classificatória, como descrito a seguir:

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento

estático e frenador do processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência etc. Como diagnóstica, ela será um momento dialético de “senso” do estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que está colocada como ponto a ser atingido à frente. A função classificatória subtrai da prática da avaliação aquilo que lhe é constitutivo: a obrigatoriedade da tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando uma ação. (LUCKESI, 2008, p. 35).

Hoffmann (2014) entende que o processo avaliativo se refere ao movimento recíproco de reorganização do saber por parte de estudantes e professores, tendo estes o papel de mediador. Norteando a prática avaliativa na perspectiva mediadora, a autora sugere:

Conversão dos métodos de correção tradicionais (de verificação de erros e acertos) em métodos investigativos, de interpretação das alternativas de solução propostas pelos alunos às diferentes situações de aprendizagem; Privilégio a tarefas intermediárias e sucessivas em todos os graus de ensino, descaracterizadas de funções de registro periódico por questões burocráticas. (Não advogo, em princípio, a não-existência dos registros escolares, mas alerta quanto à subordinação do processo avaliativo a tais exigências); Compromisso do educador com o acompanhamento do processo de construção do conhecimento do educando numa postura epistemológica que privilegie o entendimento e não a memorização. (HOFFMANN, 2014, p. 68).

Todas concepções de avaliação propostas por esses autores “são variações mais ou menos elaboradas de uma avaliação formativa inspirada em concepções cognitivistas, construtivistas e/ou socioculturais da aprendizagem”, como descreve Fernandes (2006, p. 25), e convergem no pressuposto de que a avaliação está a serviço da manutenção da prática. As ideias que compunham os conceitos de avaliação formativa nas décadas de 60 e 70 do século XX tinham caráter behaviorista, fundamentada nos objetivos comportamentais e resultados alcançados pelos estudantes, e faziam diziam respeito às atividades realizadas, geralmente, no fim de um período letivo. A concepção atual, sugere um processo interativo associado ao ato de fornecer *feedback* sobre as produções dos estudantes, à autoavaliação e à regulação e à autorregulação das aprendizagens (FERNANDES, 2006).

Indicando uma definição, Villas Boas (2013) afirma que a avaliação caráter formativo é um processo — não um instrumento ou procedimento — que engloba estudantes e professores, com o fito de fornecer informações que possibilitem a reorganização da prática pedagógica. Nesse processo, o feedback se faz

importantíssimo: para os estudantes, informa sobre o sucesso do trabalho ou sobre o desempenho ainda incipiente; para os professores, fundamenta a tomada de decisões programáticas. Baseando-se em Harlen e James, Villas Boas descreve características da avaliação de intenção formativa:

É conduzida pelo professor (esta é a principal);

Destina-se a promover a aprendizagem;

Leva em conta o progresso individual, o esforço nele colocado e outros aspectos não especificados no currículo; em outras palavras, não é inteiramente baseada em critérios;

São considerados vários momentos e situações em que certas capacidades e ideias não usadas, os quais poderiam classificar-se como “erros” na avaliação somativa, mas que, na formativa, fornecem informações diagnósticas;

Os alunos exercem papel central, devendo atuar ativamente em sua própria aprendizagem; eles progredirão se compreenderem suas possibilidades e fragilidades e souberem como se relacionar com elas. (VILLAS BOAS, 2011, p. 20).

Pode-se afirmar que a avaliação formativa é, em essência, processo realizado **para** as aprendizagens, e não somente uma análise **das** aprendizagens, pois requer a mobilização sucessiva dos atores para o alcance dos objetivos traçados.



## 8 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

### 8.1 A OFERTA DE CURSOS E O ANO LETIVO

O sistema educacional brasileiro está estruturado em níveis, etapas e modalidades (BRASIL, 1996, 2010), a saber:

- Níveis: Educação Básica e Educação Superior.
- Etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- Modalidades de ensino: Educação Profissional e Tecnológica; Educação De Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação à Distância; Educação Básica do Campo; Educação Escolar Indígena; e Educação Escolar Quilombola.

Atualmente, o CEM 02 de Sobradinho atende estudantes do ensino médio de caráter regular e da modalidade EJA, bem como do ensino fundamental nas modalidades EJA (de caráter interventivo) e Educação Especial, como descrito no quadro a seguir:

**QUADRO 1 – Oferta de cursos no CEM 02 de Sobradinho**

Turno	Etapa da Educação Básica	Modalidade	Séries e etapas
Matutino	Ensino Médio	-	2ª e 3ª séries
	Ensino Fundamental	EJA (de caráter interventivo)	As 4 etapas do 1.º segmento
	Ensino Fundamental	Educação Especial	Sem seriação
Vespertino	Ensino Médio	-	1ª e 2ª séries
	Ensino Fundamental	Educação Especial	Sem seriação
Noturno	Ensino Médio	EJA	As 3 etapas do 3.º segmento

Fonte - CEM 02 de Sobradinho

De acordo com Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o ano e o semestre letivo são compostos por 200 e 100 dias, respectivamente, de efetivo trabalho escolar, independente do ano civil (DISTRITO FEDERAL, 2015b).

## 8.2 AS ENTURMAÇÕES

Segundo a Estratégia de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e Instituições Educacionais Parceiras no ano de 2019, as escolas que oferecem a educação básica poderão enturmar os estudantes de sete formas diferentes, a depender de suas necessidades específicas: classe comum inclusiva, classe especial, EJA interventiva, integração inversa, classe bilíngue, classe bilíngue mediada e classe bilíngue diferenciada (DISTRITO FEDERAL, 2018a). Nesta escola, os estudantes realizam o trabalho pedagógico agrupados segundo as três primeiras possibilidades aqui descritas.

No CEM 02, os estudantes da etapa Ensino Médio, nas modalidades Regular e EJA, são enturmados em Classe Comum Inclusiva, constituída por estudantes comuns, com deficiências<sup>3</sup> ou transtornos funcionais, de acordo com a modulação para cada etapa de ensino e para a modalidade da EJA (DISTRITO FEDERAL, 2018a). Já os que cursam os anos iniciais do Ensino Fundamental são aqueles cujas características e necessidades requerem enturmação na EJA Interventiva ou Classe especial. Caracterizando tais enturmações, se tem<sup>4</sup>:

**EJA INTERVENTIVA:** Turma constituída por estudantes com [deficiência intelectual] DI e [transtorno global do desenvolvimento/transtorno do espectro autista] TGD/TEA, para o 1º e 2º Segmento, a partir dos 15 anos no diurno e 18 anos de idade no noturno, com modulação específica.

[...]

**CLASSE ESPECIAL:** É uma classe de caráter temporário e transitório, constituída exclusivamente por estudantes com [Deficiência Intelectual] DI, [transtorno global do desenvolvimento/transtorno do espectro autista] TGD/TEA, [deficiente visual] DV ou [surdo cegueira] SC, sem seriação, com modulação específica [...]. (DISTRITO FEDERAL, 2018a, p.20, grifo do autor).

---

<sup>3</sup> Deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla, deficiência visual, surdo cegueira, deficiência visual dos que não optam por Libras, transtorno global do desenvolvimento/transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

### 8.3 O ENSINO MÉDIO REGULAR

Os cursos das três séries do ensino médio regular são ofertados nos turnos matutino e vespertino. Naquele, são ofertadas a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> série, dispondo de sete turmas cada; neste, a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> série, dispondo de nove e três turmas, respectivamente. Cada curso tem carga horária anual de 1000 horas.

Os horários de início dos turnos matutino e vespertino são, respectivamente, 7:30 e 13:00; já os encerramentos acontecem às 12:30 e 18:00. Para ingressar e se ausentar da escola, os estudantes devem apresentar a carteirinha estudantil, confeccionada no início do ano letivo. Os estudantes que residem em áreas distantes e, por vezes, chegam atrasados ou precisam se ausentar com certa antecedência devido a limitações do transporte público recebem carteirinhas especiais.

Cada professor possui uma ou duas salas onde realiza as atividades. Nesse sentido, os estudantes se deslocam até elas sempre que se inicia uma aula em um componente curricular diferente

O tempo do trabalho pedagógico nos dois turnos é de cinco horas diárias, divididas em seis aulas de 45 minutos e dois intervalos de 15. A cada duas aulas acontece um intervalo, sendo, no segundo, servido o lanche no refeitório.

Concordando com a meta 3 e estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (DISTRITO FEDERAL, 2015a), a prática pedagógica referente aos cursos de ensino médio regular está organizada no formato da semestralidade. A proposta de tal organização constitui-se como arcabouço teórico-metodológico alternativo ao clássico, buscando ressignificar os espaços-tempos escolares, respeitar o tempo necessário às aprendizagens de cada estudante, reduzir os índices de evasão e proporcionar a formação emancipatória (DISTRITO FEDERAL, 2014d).

Nessa organização, os componentes são divididos em dois blocos. Um grupo de turmas estuda os componentes de bloco 1 e outro os do bloco 2 no primeiro semestre. No semestre seguinte, as turmas estudam os componentes curriculares do bloco oposto. Os componentes curriculares são distribuídos nos blocos da seguinte forma:

**QUADRO 2 – Blocos de componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias**

Bloco 1	Carga horária	Bloco II	Carga horária
Língua Portuguesa	4	Língua Portuguesa	4
Matemática	3	Matemática	3
Educação Física	2	Educação Física	2
História	4	Geografia	4
Filosofia	4	Sociologia	4
Biologia	4	Física	4
Química	4	Arte	4
Inglês	4	Espanhol	2
Parte Diversificada 1 (PD1)	1	Parte Diversificada 3 (PD3)	1
		Parte Diversificada 2 (PD2)	2
<b>Total semanal</b>	<b>30</b>	<b>Total semanal</b>	<b>30</b>

Fonte – Adaptado de Distrito Federal (2014c).

Os componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física compõem os dois blocos, e, por isso, continuam sendo tratadas como anuais. Já os componentes História, Filosofia, Sociologia, Biologia, Química, Física, Inglês, Geografia, Arte, e as PDs terão tratamento semestral.

Para o estudante, reduz-se praticamente à metade o número de componentes curriculares cursados concomitantemente, ao passo que a carga horária semanal — com exceção de Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física e Parte Diversificada — é dobrada, possibilitando contato mais frequente com os conhecimentos discutidos em sala e com seus professores.

Para o professor, ser responsável pela metade dos estudantes em um período letivo com o dobro de carga horária semanal possibilita o estreitamento dos laços e a melhor percepção das suas fragilidades e potencialidades, o que impacta

diretamente no processo avaliativo.

#### 8.4 O ENSINO MÉDIO NA EJA

A EJA é uma modalidade da Educação Básica destinada ao atendimento de pessoas jovens, adultas e idosas que, ao longo de sua história de vida, não iniciaram, ou mesmo interromperam, sua trajetória escolar, sendo sua oferta obrigatória, em conformidade com a LDB e com as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017. A EJA organiza-se em três segmentos, os quais são divididos em etapas semestrais.

Aqui no CEM 2 oferta-se a modalidade presencial do 3.º segmento da EJA, que corresponde ao Ensino Médio e está organizada em 1ª, 2ª e 3ª etapas, ofertadas no turno noturno e dispendo de dez turmas. O atendimento é semestral. A cada seis meses o estudante completa o equivalente a um ano de estudo no ensino regular. Além de ser uma formação em período mais curto, o aluno cursa apenas as matérias em que foi reprovado na última escola em que esteve. Cada curso tem carga horária de 400 horas. A idade mínima para ingresso no 3.º segmento da EJA é de dezoito anos completos, conforme Resolução n.º 3 – CNE/CEB, de 15 de junho de 2010.

O horário de início do turno é 19:00; já o encerramento acontece às 23:00. Para ingressar e se ausentar da escola, os estudantes devem apresentar a carteirinha estudantil, confeccionada no início de cada semestre. As turmas são fixas e nesse sentido, os professores se deslocam até elas sempre que se inicia uma nova aula. O tempo do trabalho pedagógico é de quatro horas diárias, divididas em cinco aulas de 45 minutos e um intervalo de 15, tendo os dois primeiros horários, em seguida um intervalo, onde é servido o lanche no refeitório e posteriormente os três últimos horários.

Os componentes curriculares são distribuídos da seguinte forma:

### QUADRO 3 – Blocos de componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias

Instituição: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL									
Modalidade: 3º Segmento da Educação de Jovens e Adultos –									
Presencial Regime: Semestral - Módulo: 20 semanas									
PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	1ª Etapa		2ª Etapa		3ª Etapa		
			Nº de aulas semanal	Nº de aulas semestral	Nº de aulas semanal	Nº de aulas semestral	Nº de aulas semanal	Nº de aulas semestral	
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa	4	80	4	80	4	80	
		Educação Física	1	20	1	20	1	20	
		Arte	1	20	1	20	1	20	
	Matemática	Matemática	4	80	4	80	4	80	
		Física	3	60	3	60	3	60	
	Ciências da Natureza	Química	2	40	2	40	2	40	
		Biologia	2	40	2	40	2	40	
		História	2	40	2	40	2	40	
	Ciências Humanas	Geografia	2	40	2	40	2	40	
		Filosofia	1	20	1	20	1	20	
		Sociologia	1	20	1	20	1	20	
PARTE DIVERSIFICADA		Língua Estrangeira Moderna - Inglês	1	20	1	20	1	20	
		Língua Estrangeira Moderna - Espanhol	1	20	1	20	1	20	
		Ensino Religioso	1	20	1	20	1	20	
TOTAL DE AULAS SEMANAL (com opção de Ensino Religioso)			26		26		26		
TOTAL DE AULAS SEMANAL (sem opção de Ensino Religioso)			25		25		25		
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (com opção de Ensino Religioso)			415		415		415		
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL (sem opção de Ensino Religioso)			400		400		400		
CARGA HORÁRIA DO SEGMENTO (com opção de Ensino Religioso)								1.245	
CARGA HORÁRIA DO SEGMENTO (sem opção de Ensino Religioso)								1.200	

Fonte - Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos (DISTRITO FEDERAL, 2014d).

## 8.5 EJA INTERVENTIVA

Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos (2014-2017):

As turmas de Educação de Jovens e Adultos Interventiva (EJA Interventiva) são uma interface da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Especial que objetiva atender, exclusivamente, aos estudantes com transtorno global do desenvolvimento (TGD) e/ou deficiência intelectual, com ou sem associação de outras deficiências. (DISTRITO FEDERAL, 2014d).

Como UE ofertante da modalidade Educação de Jovens e Adultos, o CEM 02 de Sobradinho também tem em sua oferta a EJA Interventiva desde a transferência da turma de EJA Interventiva do Centro de Ensino Fundamental 04 para esta escola. Designada a receber estudantes maiores de 15 anos, constituída exclusivamente por estudantes com deficiências intelectual e múltipla e com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), oriundos das Classes Especiais em Centros de Ensino Fundamental ou Centros Educacionais, conforme a Estratégia de Matrícula de 2011, página 40 (Portaria nº 17 de 21 de fevereiro de 2011). Por meio de algumas alterações, hoje com redação:

a oferta da EJA Interventiva acontecerá para os 1º e 2º segmentos com turma constituída exclusivamente por estudantes com Deficiência Intelectual (DI) ou TGD/TEA associados ou não a outras deficiências, com idade a partir dos 15 anos, que não desenvolveram habilidades

acadêmicas e sociais em Classes Comum do Ensino Regular. O encaminhamento dos estudantes será por meio de Estudo de Caso com a participação das Equipes de Apoio à Aprendizagem, Pedagogo – Orientador Educacional, Professores Regentes, Direção da UE, Equipe de Apoio da UNIEB/CRE e Professores da Sala de Recursos e da outra UE conforme indicação da UNIEB. (DISTRITO FEDERAL, 2018a, p. 14).

Assim, o CEM 02 possui duas turmas de EJA Interventiva, uma no turno matutino e outra no turno vespertino. Ambas relativas ao primeiro segmento da EJA. Uma classe multisseriada que tem em sua composição duas professoras no regime de 20/20, 13 estudantes matriculados no período matutino e dez no período vespertino.

Conforme as orientações definidas pelas Diretrizes Operacionais da EJA, a adequação curricular e adaptação, bem como a flexibilização da temporalidade são base do currículo proposto para esses estudantes. O planejamento e as avaliações são individualizadas compreendendo o desenvolvimento e as especificidades de cada estudante.

## 8.6 CLASSE ESPECIAL

A Classe Especial também possui uma carga horária de 1000 horas, sendo 250 horas em cada bimestre. Possui o formato anual, podendo ser composta por até 15 alunos.

O horário de atendimento é feito no vespertino, das 13:00 às 18:00 horas, com dois intervalos de 15 minutos, com oferta do lanche escolar no segundo intervalo.

Os alunos participam dos intervalos e dos macroprojetos da escola (Gincana, Mostra Pedagógica, Viva a Vida) como todos os outros alunos da escola. Participam ainda de outras atividades realizadas em parceria com as turmas do professor de Artes, além dos projetos da própria turma como a releitura de obras de artistas mais conhecidos por eles, a nossa horta e as aulas de campo (passeios).

É muito importante também trabalhar as datas mais significativas sobre as pessoas com deficiência, como por exemplo: Dia Internacional da Síndrome de Down (21/03), Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla (21 a 28/08), Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09), entre outras.

Essas garantem mais um momento de reflexão sobre o quão é valioso o trabalho da inclusão.

Por ser uma escola inclusiva, direitos e também deveres são exigidos dos alunos ENEEs como entrega da carteira, uso do uniforme, atenção aos horários, levando-se em conta as especificidades de cada um. Mas sempre com o objetivo de melhor protegê-los.

A Classe Especial é atendida em uma única sala. Porém os estudantes frequentam todos os outros ambientes da escola (Cine Clube, quadras esportivas, laboratório de informática, biblioteca, etc.) em dias e horários previamente agendados semanalmente.

Como será dito na parte da Organização Curricular, é trabalhado o Currículo Funcional associado ao Currículo em Movimento, pois há alunos que apresentam indicação para a continuidade do processo de escolarização.

Assim, faz-se necessário adequar os conteúdos dos componentes curriculares, das metodologias, dos objetivos, do tempo e as estratégias para avaliação.

Todas estas observações são importantes para fazer os devidos encaminhamentos do aluno considerando os contextos escolar, familiar e social.

## 8.7 SALA DE REGURSOS GENERALISTA

De acordo com a Estratégia de Matrícula 2019, Sala de Recursos Generalista compreende<sup>5</sup>

o espaço pedagógico conduzido por professor especializado, com aptidão comprovada, cuja finalidade é oferecer suporte educacional especializado aos estudantes com DI, DF, DMU e/ou TGD/TEA em Unidade de Ensino Regular, nas etapas da Educação Básica e nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA). (DISTRITO FEDERAL, 2018a, p.87).

---

<sup>5</sup> Significado das siglas: DI - Deficiência Intelectual; DF - deficiência física; DMU - deficiências múltiplas; e TGD/TEA - transtorno global do desenvolvimento/transtorno do espectro autista.



Oferece, conquanto, no âmbito das instituições de ensino o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (ENEES). Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p.11).

A sistematização do AEE é encontrada, ainda, no documento Orientação Pedagógica da Educação Especial, no qual se afirma que:

[...] esse serviço deve ser organizado para apoiar desenvolvimento dos estudantes matriculados na classe comum, sendo obrigatória a sua oferta pelos sistemas de ensino. Por ter caráter suplementar e complementar deve ser realizado, preferencialmente, no turno inverso ao da classe comum, na própria instituição educacional instituição educacional pólo ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (DISTRITO FEDERAL, 2010, p.77).

Em relação à estrutura organizacional, é estabelecido que os horários de atendimento devem ser ofertados na própria Unidade de Ensino do estudante e no período denominado contra turno sendo que, quando necessário, o AEE pode ser realizado no próprio turno de matrícula.

O objetivo geral da SRG do CEM 02 é promover e favorecer condições de inclusão aos estudantes com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da instituição educacional.

Sendo assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Atuar de forma colaborativa junto aos professores das classes comuns para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem.
- Orientar e estimular as famílias para o seu envolvimento e participação no processo educacional.
- Preparar materiais específicos para o uso dos estudantes, visando

atende-lo em suas necessidades educacionais especiais.

- Orientar e auxiliar os professores na realização das adequações curriculares necessárias.
- Incentivar a autonomia do estudante e estimular sua interação em ambientes sociais.

Quanto à sua composição, a equipe da SRG nessa unidade escolar é formada por dois professores: um atuando na área de Ciências da Natureza e Matemática, e outro na de Ciências Humanas e Linguagens. O serviço é oferecido no contra turno e cada estudante possui, no mínimo, dois horários semanais de atendimento.

Além de atender aos estudantes, a SRG também promove encontros periódicos com os familiares destes destacando sua função no processo de escolarização e inclusão e, quando necessário, solicitando intervenções relacionadas ao comportamento e ao desempenho escolar.

Nas Coordenações Pedagógicas — coletiva, por área e individual — ocorrem, com os docentes, encontros de orientação e capacitação relacionados à formação e ao desenvolvimento dos ENEEs no ambiente escolar (apresentação dos estudantes, especificidades das necessidades educacionais especiais de cada um, estratégias de atuação, fundamentação legal, adequação curricular).

## 8.8 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de 31 de maio de 2019, artigo 126, a Orientação Educacional é serviço especializado, desempenhado pelo Pedagogo-Orientador Educacional, para o acompanhamento e o apoio dos profissionais da educação, dos estudantes, seus familiares e articulação da comunidade escolar e da rede externa (rede social ou rede de apoio), quanto ao processo de ensino e aprendizagem e das relações humanas que os cercam.

O Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal define as seguintes atribuições ao pedagogo (a) - Orientador Educacional em nível local:

- I - participar do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;
- II - elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Orientação Educacional na unidade escolar;
- III - participar das coordenações pedagógicas coletivas da unidade escolar visando à organização do trabalho pedagógico;
- IV - planejar, implantar e implementar as ações da Orientação Educacional na unidade escolar;
- V - realizar ações integradas com a comunidade escolar considerando os Eixos Transversais do Currículo;
- VI - discutir, com a equipe e na equipe, o currículo e o processo de ensino e aprendizagem ante à realidade socioeconômica do estudante;
- VII - analisar com a equipe pedagógica as contradições da unidade escolar e as diferentes relações que exercem influência na aprendizagem;
- VIII - contribuir para as melhorias do processo de ensino e aprendizagem na unidade escolar;
- IX - estruturar o seu trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e econômica do contexto escolar;
- X - fundamentar sua ação na opção teórica do Currículo da Educação Básica;
- XI - contribuir na identificação e na reflexão, junto à comunidade escolar, dos fatores que interferem no processo de ensino e de aprendizagem;
- XII - coordenar o processo de informação educacional e profissional sobre o mundo do trabalho auxiliando na elaboração do projeto de vida do estudante;
- XIII - supervisionar estágio na área de Orientação Educacional;
- XIV - participar da identificação e/ou do encaminhamento de estudantes que apresentem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem;
- XV - apoiar e subsidiar os órgãos colegiados, como Conselho Escolar, Grêmios Estudantis, bem como Associações de Pais e Mestres e outros, ou parcerias que necessitem de ação articulada com a Orientação Educacional;
- XVI - articular ações em parceria com as redes sociais e outros setores da SEEDF;
- XVII - participar de programas de formação continuada com o objetivo de fomentar a práxis educativa;
- XVIII - elaborar e apresentar relatórios periódicos e fornecer dados dos resultados das ações da Orientação Educacional;
- XIX - emitir parecer técnico sobre assuntos de sua competência;
- XX - participar do processo de conhecimento da comunidade escolar, identificando suas potencialidades, seus interesses e suas necessidades;
- XXI - articular ações junto à EEAA e à Sala de Recursos na promoção de uma educação inclusiva a fim de contribuir para a superação de dificuldades de aprendizagem;
- XXII - desenvolver ações e práticas de mediação e conciliação de conflitos, em parceria com a equipe gestora e com a equipe pedagógica;
- XXIII - implementar no projeto político pedagógico práticas para atender às características dos estudantes com deficiência; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)
- XXIV - desenvolver práticas pedagógicas visando ao enfrentamento do bullying e de toda a forma de violência e discriminação; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)
- XXV - elaborar relatório a ser encaminhado ao Conselho Tutelar sobre os casos previstos neste Regimento e no Estatuto da Criança e do Adolescente. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)
- XXII. desenvolver ações de mediação em conflitos, em parceria com a equipe gestora e a equipe pedagógica.

Também é importante ressaltar que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 129, que o Pedagogo-Orientador Educacional trabalhará coletivamente, com a equipe gestora e a pedagógica em casos de omissão e violação dos direitos da criança e do adolescente, junto aos órgãos de proteção.

Nesse contexto, a orientação educacional aponta o aluno como centro da ação pedagógica, cabendo ao orientador atender a todos os alunos em suas solicitações e expectativas, não restringindo a sua atenção apenas aos alunos que apresentam problemas disciplinares ou dificuldades de aprendizagem.

Mediador entre o aluno e o meio social, o orientador discute problemas atuais, que fazem parte do contexto sociopolítico, econômico e cultural em que vivemos. Assim, por meio da problematização, pode levar o aluno ao estabelecimento de relações e ao desenvolvimento da consciência crítica.

Para poder exercer a contento sua função, o orientador precisa compreender o desenvolvimento cognitivo do aluno, sua afetividade, emoções, sentimentos, valores, atitudes. Além disso, cabe a ele promover, entre os alunos, atividades de discussão e informação sobre o mundo do trabalho, assessorando-os no que se refere a assuntos que dizem respeito a escolhas.

Todas as relações que se estabelecem no cotidiano escolar, em especial o relacionamento com os colegas, podem receber inúmeras contribuições do profissional orientador educacional.

A Orientação Educacional integra-se ao trabalho pedagógico da unidade de ensino e da comunidade escolar na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento integral do aluno, tendo como pressupostos o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como ser integral.

Atualmente, a equipe de Orientação Educacional do CEM 02 de Sobradinho é composta por Silvia Regina Gonçalves da Costa e Márcia Gonzaga Nespereira Andelo, profissionais preocupadas com o repensar constante das ações da escola, visam a uma maior articulação com a comunidade e com a qualidade do ensino, por meio de uma escuta ativa e atenta das questões da comunidade escolar. Em virtude do contexto atual de pandemia, o atendimento à comunidade escolar tem sido

realizado em formato online, por meio de rodas de conversas virtuais, atendimento individualizado via *Google Meet, Whatsapp, Telegram*, palestras e *lives*.

Seguem as ações diretas e planejadas da Orientação Educacional - OE para atender às necessidades do CEM 02 de Sobradinho, dentro desse novo contexto.

<b>PLANEJAMENTO DE AÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL</b>					
<b>TEMÁTICAS</b>	<b>ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS</b>	<b>ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PARCEIROS</b>	<b>EIXO DE AÇÃO DA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA O.E DESENVOLVIDA</b>
Educação Sexual	Folder informativo para as famílias e docentes. Questionários com os estudantes. Oficinas, questionários, coletivas.	Famílias Professores Estudantes do 1.º ao 3.º ano Comunidade escolar e EJA-Interventiva e Classe Especial.	Bimestralmente e Quinzenal	Equipe gestora, Professores e Agente de saúde	Ação junto as famílias, professores e estudantes
Ética ( respeito mútuo, justiça e solidariedade)	Folder infirmativo, vídeo aulas, questionários e oficinas.	Famílias, educandos e professores.	Bimestralmente	Equipe gestora, parceria com instituições conveniadas / redes de apoio.	Ação junto à comunidade escolar.
Educação Profissional/ vocacional	Questionários, palestras com profissionais, encaminhamento - estágios	Estudantes 1.º ao 3.º ano.	Bimestralmente	Equipe gestora, professores e órgãos vinculados.	Ação junto à comunidade escolar.

## 8.9 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem presta serviço de suporte técnico pedagógico, de caráter multidisciplinar, presente na rede pública de ensino do Distrito Federal desde 1968. Esse serviço é composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia, que oferece apoio educacional especializado às instituições educativas.

Ao longo desse período de existência, algumas modificações já foram realizadas com vistas a melhoria e ampliação da oferta, todavia foi por meio da Portaria n.º 254, de 12 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 248, de 15 de dezembro de 2008 que o serviço foi oficializado, e então passou a ser denominado Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA).

De acordo com a Orientação Pedagógica para o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem - OP (2010, p.39), a atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), tem como objetivo “a superação das dificuldades encontradas no processo de ensino e de aprendizagem, por meio da consideração das múltiplas variáveis que podem interferir no desempenho acadêmico dos alunos, com e sem necessidades educacionais especiais”.

Para tanto, são utilizados documentos norteadores internacionais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948); Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959); Declaração Mundial de Educação para Todos, Jomtien –Tailândia (UNESCO, 1990); Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca – Espanha (UNESCO, 1994).

Assim como, documentos nacionais: Constituição Federal – (BRASIL, 1988); Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN / n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB n.º 02/2001 (BRASIL, 2001).

Além da Avaliação para a Identificação das Necessidades Educacionais Especiais - Subsídios para os sistemas de ensino, na reflexão de seus atuais modelos de avaliação – Secretaria de Educação Especial (MEC, 2002), Saberes e Práticas da Inclusão - Avaliação para Identificação das Necessidades Educacionais Especiais – Secretaria de Educação Especial (MEC, 2006).

Ademais, vale destacar documentos específicos do Distrito Federal, são eles: Portaria n.º 254, de 12 dezembro de 2008 – Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 53, de 15 de dezembro de 2008; Portaria n.º 255, de 12 dezembro de 2008 – Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 53, de 15 de dezembro de 2008; Resolução n.º 01/2009, de 16 de Junho de 2009 – Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF, 2009); Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (GDF, 2009).

Na contemporaneidade, a atuação da EEAA está regulamentada pela Portaria 395, de 14 de dezembro de 2018, Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino Portaria n.º 180 publicada no DODF de 30 de maio do ano vigente e pela Orientação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem de 2010.

Após frisar os marcos legais desse processo, torna-se essencial compreender que além destes, foi necessário estudo de teóricos como: Locke (1632-1704), Rosseau (1712-1778), Kant (1724-1804) entre outros, para compreender o desenvolvimento humano e deste modo, atuar com eficiência no atendimento às necessidades da comunidade escolar.

Conforme as Orientações Pedagógicas do Serviço – OP (2010), houve muitas evoluções no que tange ao desenvolvimento humano, entendido pela ciência, desde o século XVII até o XX. Nessa perspectiva, o ser humano era compreendido como um ser ativo, que agia sobre o mundo e que, por meio das relações sociais, transformava suas ações internamente.

Essas evoluções trouxeram uma percepção ampla, integradora e contextualizada do conceito de desenvolvimento, a partir daí o trabalho foi ressignificado, e a atuação passou a ser caracterizada pelo viés da Pedagogia Histórico Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural.

Sob a luz da perspectiva histórico-cultural, possibilitou-se uma nova concepção acerca do homem, segundo a qual ele se desenvolve por meio de uma interação ativa, dinâmica e constante entre fatores internos e externos a ele, construindo-se histórica e subjetivamente, mediante interações como o meio, e, principalmente, com as outras pessoas. (BARBOSA, 2008).

Nessa ótica, o homem consegue transformar e transformar-se, sendo capaz de mudar a maneira que age, conforme as relações que ele estabelece, modificando assim, sua maneira de pensar, sentir, perceber e agir, em síntese, tal perspectiva afirma que o relacionamento do homem com o mundo não é direto, mas sim, mediado.

Nessa perspectiva, o trabalho da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem perpassa pela possibilidade que essa Equipe apresenta de mobilizar reflexivamente comportamentos, potencialidades e conhecimentos para que diante de uma situação problema, seja possível a tomada de decisões e o acompanhamento adequado ao enfrentamento de situações não planejadas, de incerteza ou ainda de conflitos. A isso, dá-se, o nome de competências.

De acordo com Marinho-Araújo:

A ampliação da noção de competência retira-a da explicação limitada de um “saber fazer”, expressa por meio de “resolver problemas” ou “desenvolver determinados trabalhos”, ancorada em esquemas operatórios mentais e domínios cognitivos superiores na mobilização de certos conhecimentos, habilidades ou atitudes” (...) O desenvolvimento de competências, focando apenas habilidades ou estruturas cognitivas que o sujeito mobiliza diante de seus objetivos e potencialidades, reduz concepção de competências a uma característica individual, um atributo esperado ao indivíduo, sem implicar um caráter coletivo à combinação de competências demandadas a um contexto profissional específico ou a uma determinada categoria profissional. (MARINHO-ARAÚJO, 2007, p. 24).

Transcorre que, dentro da concepção de competências ora apresentada, a Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEEDF, através da Equipe de Apoio à Aprendizagem – EEAA, baseia-se em uma atuação pautada não apenas no estudante, mas os diversos aspectos do contexto que podem interferir no processo de ensino e de aprendizagem.

Nessa continuidade, propõe-se que a atuação das EEAA seja pautada por três grandes dimensões de trabalho, desenvolvidas concomitantemente, articuladas dialeticamente ao longo da atuação e não de forma estanque e hierarquizada como acontecia anteriormente.



As dimensões mencionadas são: Mapeamento institucional das instituições educacionais; Assessoria ao trabalho coletivo dos professores; Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, vale ressaltar que todas as dimensões de atuação têm um caráter avaliativo ancorado na perspectiva da avaliação mediada.

A perspectiva de avaliação mediada segundo a (OP – 2010) trata-se de uma avaliação que:

Assume uma abordagem contextualizada, dinâmica, processual e interativa. Os princípios dessa avaliação combinam avaliar e intervir, ou seja, ao mesmo tempo em que se investiga o objeto, ações interventivas são desencadeadas. Nesse processo, valoriza-se a mediação, ou seja, como o outro pode contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os sujeitos da instituição educacional e não só dos estudantes em situação de queixa. (OP, 2010 p.67).

Ainda de acordo com a Orientação Pedagógica – OP (2010) do Serviço a atuação das equipes deve ser direcionada ao assessoramento à prática pedagógica e ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem em suas perspectivas preventiva, institucional e interventiva, sempre em articulação com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional.

A atuação da EEAA no CEM 02 de Sobradinho, baseia-se nos documentos legais editados pela SEEDF, na Pedagogia Histórico Crítica, na Psicologia Histórico-Cultural e principalmente pautado nas três dimensões aludido anteriormente. Vale realçar que o trabalho é planejado por meio de uma Plano de Ação Anual realizado pela Equipe.

Isto posto, destaca-se adiante algumas ações da EEAA do Centro Educacional 02 para o ano de 2019:

1. Atualizar Mapeamento Institucional;
2. Colaborar nas reuniões coletivas e eventos da escola;
3. Participar de reuniões com a Equipe Gestora, com o Conselho Escolar, Pais, Professores, Orientação Educacional, Sala de Recurso, Coordenadores locais, intermediários ou à nível central, quando for solicitada e/ou julgar necessário;

4. Realizar entrevistas, diálogos e encontros focais/individuais com os atores da instituição educacional;
5. Implementar bimestralmente, encontros com as famílias com vistas a melhorar as relações entre escola – família e estudantes.
6. Executar uma vez por mês, momentos de reflexões sobre a prática pedagógica, por meio de troca de saberes durante as coordenações pedagógicas.
7. Oportunizar discussões sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos na organização do trabalho pedagógico.
8. Favorecer o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de concretizar uma cultura de sucesso escolar.

#### 8.10 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE DIRETOR E VICE-DIRETOR

Segundo a Lei n.º 4.751 de 2012, o processo de gestão democrática fita garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observando os seguintes princípios:

- I – participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;
- II – respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- III – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;
- IV – transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- V – garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;
- VI – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento; VII – valorização do profissional da educação. (DISTRITO FEDERAL, 2012, [s.p.], grifo nosso).

Nesse sentido, a gestão das demandas pedagógicas, administrativas e financeiras na nossa escola será feita de forma colegiada pelo diretor e vice,

conselho de classe, conselho escolar, grêmio estudantil e assembleia geral escolar.

O processo de eleição para as funções de diretor e vice-diretor referente ao mandato de 02/01/2020 a 31/12/2021 foi realizado no ano de 2019, fundamentado na lei da gestão democrática. Foram eleitos para os cargos os professores Ana Maria e Welder Lima, respectivamente. Complementando o quadro da equipe gestora, dispõe-se do supervisor e do chefe de secretaria, realizados, atualmente, pelo professor Bruno Gurgel e pelo chefe de secretaria Júlio Nobre.

## 8.11 A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O trabalho em coordenação pedagógica no CEM 02 está organizado da seguinte forma, seguindo as orientações da Portaria n.º 395 de 2018:

Art. 32 Para os professores que atuam com quarenta horas semanais, no turno diurno, com jornada ampliada, em regência de classe na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais, na Educação Especial, na Classe Bilíngue Mediada e na interpretação de Libras-Língua Portuguesa-Libras Surdez/ Deficiência Auditiva, a coordenação pedagógica dar-se-á no turno contrário ao de regência, totalizando quinze horas semanais, devendo atender ao disposto abaixo:

I - quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva na UE/UEE/ENE;

II - terças e quintas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual na UE/UEE/ENE ou à formação continuada presencial.

III - segundas e sextas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

Art. 33 Para os professores em regência de classe que atuam com quarenta horas semanais, no turno diurno, com jornada ampliada no Ensino Fundamental Anos Finais, no Ensino Médio e na Base Comum do EMTI, a coordenação pedagógica dar-se-á no turno contrário ao de regência, totalizando quinze horas semanais, devendo atender ao disposto abaixo:

I - quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva na UE/UEE/ENE;

II - um dia destinado à coordenação por área de conhecimento, ou à formação continuada presencial:

a) terça-feira: área de Ciências da Natureza e de Matemática;

b) quinta-feira: área de Linguagens;

c) sexta-feira: área de Ciências Humanas e, quando houver, Ensino Religioso.

III - um dia destinado à coordenação pedagógica individual na UE/UEE/ENE ou à formação continuada presencial;

IV - dois dias destinados à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

[...]

Art. 36 Para os professores em regência de classe que atuam no regime de vinte mais vinte horas ou vinte horas semanais no Ensino Fundamental Anos Finais, no Ensino Médio, na EJA 2º e 3º Segmentos (Presencial ou em Cursos a Distância), a coordenação pedagógica dar-se-á em oito horas semanais, no respectivo turno, sendo:

I - um dia destinado à coordenação pedagógica por área de conhecimento,

ou à formação continuada presencial:

a) terça-feira: área de Ciências da Natureza e de Matemática;

b) quinta-feira: área de Linguagens;

c) sexta-feira: área de Ciências Humanas e, quando houver, Ensino Religioso.

II - um dia destinado à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

[...]

Art. 38 Para os professores que atuam no regime de vinte mais vinte horas semanais, ou com vinte horas semanais, nos turnos matutino, vespertino, ou noturno, em regência de classe no PGINQ e no CID, a coordenação pedagógica dar-se-á em oito horas semanais, no respectivo turno, sendo:

I - quintas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual, devendo ser realizada obrigatoriamente na UE em que o professor está vinculado, ou à formação continuada presencial;

II - um dia da semana destinado à coordenação pedagógica individual, cujas atividades podem ser desenvolvidas fora do ambiente escolar.

Parágrafo único: Mensalmente serão realizadas coordenações em nível intermediário com a presença obrigatória do professor e as coordenações em nível central serão convocadas sempre que necessário.

Art. 39 Para os professores que atuam no regime de vinte mais vinte horas semanais, ou com vinte horas semanais, nos turnos matutino, vespertino, ou noturno, em regência de classe no AEE em Sala de Recursos (Generalista e Específica) e na Itinerância, a coordenação pedagógica dar-se-á em oito horas semanais, no respectivo turno, sendo:

I - um dia da semana, por turno, destinado à coordenação pedagógica coletiva ou junto à UNIEB/CRE ou à SUBEB, por área de atuação;

II - um dia da semana, por turno, destinado à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar, ou à formação continuada presencial. (DISTRITO FEDERAL, 2018b, [s.p.], grifo nosso).

Nas reuniões de segunda, por vezes, analisa-se a prática pedagógica em cada componente curricular, refletindo sobre as potencialidades e fragilidades dos estudantes e dos professores, a fim de reorganizar as ações realizadas na escola. Para nortear tal discussão, é solicitado aos professores que caracterizem as turmas às quais ministram aulas e que compartilhem as experiências exitosas das práticas e as dificuldades que surgiram. Por fim, são propostas ações que visem sanar as dificuldades relatadas.

Nas reuniões por área — ciências da natureza e matemática, linguagens e ciências humanas —, o trabalho em coordenação privilegia o planejamento interdisciplinar e/ou individual.

Às quartas, são realizadas as coordenações coletivas, nas quais assuntos diversos são tratados: inteirar os professores quanto às demandas administrativas; realizar devolutivas sobre intervenções propostas pelo grupo e atividades realizadas nos diversos âmbitos; formação continuada e planejamento e avaliação dos projetos de ação coletiva.

Para promover a formação continuada, a equipe de coordenação conta com a parceria de profissionais da SEEDF, da SRG e EEAA da unidade escolar e da comunidade local.

As atividades a serem realizadas pelos coordenadores pedagógicos desta unidade escolar estão descritas no plano de ação descrito no quadro a seguir:

**QUADRO 4 – Plano de Ação para implementação da Proposta Pedagógica.**

Objetivos Específicos	Ações	Cronograma
Planejar o calendário de atividades da unidade escolar.	Discussão sobre as datas importantes em reunião com o corpo docente.	Semana Pedagógica: 04 a 08/02.
Ajustar os pressupostos que compõem os projetos da unidade escolar.	Discussão sobre os ajustes nos pressupostos que compõem os projetos em reunião com o corpo docente.	Semana Pedagógica: 04 a 08/02.
Construir a proposta curricular.	Estudo do Currículo em Movimento e construção dos planos de curso em reunião com o corpo docente.	Semana Pedagógica: 04 a 08/02.
Construir os documentos de adequação curricular.	Discussão sobre a Resolução n.º 1 de 2017 do CEDF e instrução sobre a construção do documento em coordenação.	Nas primeiras semanas de cada semestre ou após receber novos alunos atendidos pela SRG.
Re(construção) da PP.	Promoção de discussões com todos os atores educacionais nas primeiras semanas do ano letivo sobre os objetivos da unidade escolar e como alcançá-los; criação da comissão elaboradora do texto da PP; promoção de reuniões com os representantes de todos os setores que fornecem apoio à prática pedagógica para contribuições na composição do texto; compartilhamento das versões transitórias do documento com o grupo docente,	No decorrer do primeiro bimestre, a depender da demanda.

	pare ajustes; consulta aos coordenadores intermediários para eventuais ajustes no corpo do texto.	
Construção das novas propostas para os projetos segundo os pressupostos levantados na Semana Pedagógica.	Discussão sobre os ajustes a serem realizados nos projetos e construção de documentos regulamentadores.	Durante todo o ano letivo, a depender do período de implementação de cada projeto.
Fomentar a formação continuada.	Promoção de estudos solicitados pelo corpo docente, buscando, se necessário, parcerias com professores da Gestão, da SRG, do SOE, do SEAA e de educadores da CRE considerados como referências na área específica.	Durante todo o ano, a depender da demanda.
Avaliar os projetos implementados.	Discussão com o corpo docente sobre aspectos positivos e negativos, em coordenação coletiva, elencando o que pode ser mantido, o que precisa ser ajustado e como realizar tal ajuste.	Assim que o projeto tiver seu ciclo de implementação encerrado.
Divulgar informações importantes sobre a prática na unidade escolar, sobre a implementação de políticas públicas, e sobre decisões tomadas pelo grupo docente.	Compartilhamento das informações nas coordenações coletivas, via grupo de Whatsapp e ambiente virtual <i>Google Classroom</i> .	Durante todo o ano, a depender da demanda.
Manter o grupo docente atualizado quanto aos documentos que sistematizam e norteiam a prática pedagógica nas escolas públicas da SEDF.	Divulgação de documentos oficiais via <i>ambiente virtual Google Classroom</i> .	Durante todo o ano, a depender da demanda.

Fonte- CEM 02 de Sobradinho

## 9 AVALIAÇÃO

### 9.1 DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO E INSTRUMENTOS/ PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS UTILIZADOS NA UNIDADE ESCOLAR

A prática avaliativa nas escolas da SEEDF (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal) é norteada pelas diretrizes descritas no documento “Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e Em Larga Escala”. No documento, enfatiza-se compromisso da avaliação com as aprendizagens, o que contrasta com a mera aplicação de testes e atribuição de notas:

Nesse sentido, avaliar não se resume à aplicação de testes ou exames. Também não se confunde com medida. Medir é apenas uma pequena parte do processo avaliativo, correspondendo à obtenção de informações. Analisá-las para promover intervenções constantes é o que compõe o ato avaliativo; por isso, as afirmativas de que, enquanto se aprende se avalia e enquanto se avalia ocorrem aprendizagens, são válidas tanto por parte do docente quanto do estudante. Esse processo é conhecido como avaliação formativa, ou seja, avaliação para as aprendizagens (VILLAS BOAS, 2013). (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p. 10).

Fundamentando-se no respeito às características individuais e na necessidade de levantar as potencialidades e fragilidades dos atores envolvidos, a avaliação formativa requer a utilização de variados instrumentos/procedimentos. Sugerem-se nas diretrizes:

Os trabalhos individuais, em grupos, debates, júris simulados, produção de texto nos diferentes gêneros, listas de exercícios, testes ou provas, produções orais, relatórios de pesquisas e visitas, entrevistas gravadas ou não, montagem de curtas, documentários, painéis [...]. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 17).

Nesse contexto, considerando as necessidades do nosso corpo docente e discente, são utilizados, de forma geral, os seguintes instrumentos e procedimentos: estudo dirigido, pesquisa e relato de resultados, a apresentação de seminário, apresentação cênica, exames, resolução de exercícios, produção textual em diversos gêneros e tipos, debates, confecção de mapa conceitual.

## 9.2 OS REGISTROS DE AVALIAÇÃO

Os registros referentes no contexto da semestralidade são de responsabilidade dos docentes em seus respectivos componentes curriculares e respaldam todo o percurso avaliativo para as aprendizagens, o qual objetiva assegurar “a verificação da identidade do estudante, a autenticidade da vida escolar, a regularidade dos estudos vivenciados pelo estudante, além do funcionamento da Unidade Escolar” (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p.65).

Quanto à atribuição de notas, elas variam de zero a dez em cada bimestre. A média final nos componentes curriculares semestrais é obtida por meio da média aritmética dos dois bimestres letivos, como se descreve na seguinte equação:

$$MFS = \frac{NB1 + NB2}{2}$$

Onde MFS é a média final semestral; NB1, a nota no primeiro bimestre; e NB2 a nota final no segundo bimestre.

Já média final nos componentes curriculares anuais é obtida por meio da média aritmética dos quatro bimestres letivos, de acordo com a seguinte equação:

$$MFS = \frac{NB1 + NB2 + NB3 + NB4}{4}$$

A notação utilizada nessa equação é idêntica à da anterior, acrescentando-se NB3 e NB4, que representam as notas do terceiro e quarto bimestre, respectivamente.

É importante destacar que os registros em Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, relativos aos lançamentos dos dias, dos conteúdos e das atividades continuam sendo anuais. Trato semestral é dado às demais disciplinas; entretanto, para estas disciplinas, os estudantes que não obtiverem êxito ao longo do semestre permanecerão em processo de recuperação contínua até o final do



ano letivo.

Será promovido o estudante que obtiver — após os estudos regulares programados para o ano letivo ou estudos de recuperação final, se necessário — em cada componente curricular nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos e frequência mínima de 75% do total de horas letivas trabalhadas no período (DISTRITO FEDERAL, 2014c).

### 9.3 O CONSELHO DE CLASSE

A avaliação para as aprendizagens também engloba o conselho de classe, o qual “cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam, o que ainda não aprenderam e o que deve ser feito por todos para que as aprendizagens aconteçam” (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p. 45).

Entendendo que os estudantes são protagonistas em todas as atividades que compõem a prática educativa, é preciso dar a eles voz ativa nas discussões feitas no conselho de classe. Nesse sentido, no CEM 02, eles contribuem tecendo considerações sobre a prática, propondo formas de ajustá-la, relatando seus anseios, fragilidades e facilidades. Diante da complexidade de reunir representantes de todas as turmas e seus professores em mesmo momento e espaço físico, realiza-se um pré-conselho, momento no qual, em sala de aula, um professor conselheiro discute com os estudantes de uma turma suas contribuições para a reorganização da prática pedagógica. No conselho de classe, essas contribuições são lidas e rediscutidas com o corpo docente.

### 9.4 ESTUDOS EM RECUPERAÇÃO

O planejamento e acompanhamento dos estudos em recuperação é de responsabilidade direta do professor regente, sob apoio de toda a equipe diretiva da Unidade Escolar, e objetiva atender estudantes, individualmente ou em grupo, que não obtiveram êxito em atividades específicas (DISTRITO FEDERAL, 2014c). Ela pode ser contínua ou final, como descrito a seguir:

contínua, inserida no processo de ensino e de aprendizagem, no decorrer do período letivo, assim que identificado o baixo rendimento do estudante; final, realizada após o encerramento do ano letivo, para o estudante que não obteve aproveitamento suficiente em até três Componentes Curriculares. (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p.67).

Algumas considerações sobre os registros relativos à recuperação, contínua ou final, são tecidas nas diretrizes para a organização do trabalho pedagógico na semestralidade:

[...] devem ser registradas as notas obtidas pelo estudante em processo de recuperação contínua (RC), assim como registrada, necessariamente, a denominação do instrumento/procedimento avaliativo no campo (RC do Diário de Classe), em atendimento à legislação vigente;

[...] embora a organização seja semestral, o regime é anual, porquanto o inciso II, art. 168 do Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal<sup>13</sup>, ainda em vigor, regulamenta que "... poderá participar do processo de recuperação final o estudante que ficar em recuperação em até três componentes curriculares...", o que somente será possível afirmar ao final do ano, com deliberação também do Conselho de Classe;

[...] a nota da recuperação final substitui o resultado anterior, expresso pela média final, se maior; (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p.68).

## 9.5 PROGRESSÃO PARCIAL EM REGIME DE DEPENDÊNCIA

A progressão parcial em regime de dependência é regulamentada pela Resolução do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) n.º 1, de 18 de dezembro de 2018, assegurando o prosseguimento dos estudos àquele cujo aproveitamento na série ou ano anterior — dentro da mesma etapa da Educação Básica — for considerado insatisfatório em até duas disciplinas, como descrito no artigo 130:

Art. 130. É permitida a progressão parcial para o ano subsequente, do 6º para o 7º ano, do 7º para o 8º ano, e do 8º para o 9º ano, do Ensino Fundamental, e da 1ª para a 2ª série e da 2ª para a 3ª série, do Ensino Médio, com dependência em até 2 (dois) componentes curriculares, de acordo com as normas regimentais. (DISTRITO FEDERAL, 2018c, [s.p.]).

Fica proibido de usufruir de tal regime o estudante retido por infrequência superior a 25% do total de horas letivas.

No intuito de não tornar a dependência um processo de

pseudoaprendizagem e pseudoaprovação, no CEM 2, ela se concretiza por meio de realização de atividades — resumos, lista de exercícios, fichamentos, resenhas, estudos dirigidos, exames, pesquisas — em turno contrário. Os critérios de avaliação, os instrumentos e o período letivo no qual acontece são propostos a cada ano pelo corpo docente, sendo as necessidades em cada disciplina.

## 10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 10.1 ENSINO MÉDIO REGULAR

A elaboração da proposta curricular das unidades escolares em suas quatro grandes áreas — Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas — cujos conhecimentos correlatos devem ser integrados pelos eixos Educação para a Diversidade e Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. É importante destacar também que no movimento de implementação do currículo, as metodologias de ensino devem ser baseadas na contextualização e interdisciplinaridade (BRASIL, 2013; DISTRITO FEDERAL, 2014a).

Diante de tal necessidade, na semana pedagógica, parte do trabalho de planejamento diz respeito à construção de planos de curso por parte de cada professor regente, tendo como referência as matrizes presentes no Currículo em Movimento. O primeiro momento desse processo é de discussão, em grupo, sobre conteúdos presentes nas matrizes que irão compor cada plano, considerando os conhecimentos e competências necessários ao trabalho específico em cada componente, a realidade escolar como um todo, as necessidades dos estudantes, os exames externos para ingresso nas instituições de ensino superior e os livros didáticos dos quais dispõem. Os professores, então, acordam qual recorte farão das matrizes curriculares e descrevem os objetivos específicos a serem alcançados e os instrumentos/procedimentos avaliativos utilizados.

As ações coletivas que compõem os projetos da escola — Viva a Vida, Mostra Pedagógica, Jogos Interclasse, Gincana e Prova Interdisciplinar, descritos na seção 13 — e as Partes Diversificadas (estudos sobre inteligência emocional, obras do Programa de Avaliação Seriada, formas de ingresso no ensino superior, metodologia de pesquisa) dão suporte às atividades específicas realizadas em cada componente curricular no intento da implementação dos eixos integradores e transversais.

## 10.2 ENSINO MÉDIO NA EJA

A oferta da EJA é organizada em regime semestral. A modalidade atende a toda a educação básica, compreendendo os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A oferta da EJA - Presencial é organizada em Regime Semestral. A modalidade atende a toda educação básica, compreendendo os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Apresenta-se em três segmentos: Primeiro Segmento Anos iniciais (1.º ao 5.º ano) idade mínima 15 anos, segundo Segmento Anos finais (6.º ao 9.º ano) e terceiro Segmento Ensino Médio, ao qual é ofertado aqui no CEM 02, o estudante precisa ter no mínimo 18 anos de idade e ter concluído o Ensino Fundamental.

No que se referem ao Terceiro Segmento da EJA, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), estabelecidas pela Resolução CNE/CEB n.º 2, de 30 de Janeiro de 2012 propõem as seguintes áreas de conhecimento, Como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas. Toda a estrutura está no Currículo em Movimento da Educação Básica- Educação de Jovens e Adultos.

## 10.3 CLASSE ESPECIAL

O direito a uma vida plena e o usufruto da cidadania não pode ser negado aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). À instituição educacional cabe a responsabilidade de fazer valer esse direito; e o Currículo como instrumento de construção de competências, deve orquestrar as ações para total execução. Para os demais alunos será também a oportunidade de conviver com as diferenças e aprender a respeitá-las, fortalecendo a vivência de valores humanos como a solidariedade e cooperação (DISTRITO FEDERAL, 2006).

Para atender essa clientela específica, a rede pública de ensino do Distrito Federal utiliza o Currículo Funcional, bastante difundido. Tal documento é definido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, por meio da Resolução n.º 01 de 2012, como:

[...] instrumento educacional que viabiliza a integração de estudantes com necessidades educacionais especiais ao meio social, tem o objetivo de

desenvolver habilidades básicas que proporcionem autonomia na prática de ações cotidianas. (DISTRITO FEDERAL, 2012, [s.p.])

Assim, no início do ano letivo, durante as primeiras coordenações individuais o tempo é utilizado para a elaboração dos Planos Pedagógicos Individuais (PPIs) (após conhecer os alunos) e reavaliar os PPIs dos alunos matriculados há mais tempo.

A construção dos PPIs deve considerar a promoção de habilidades funcionais diárias (AVAs e AVDs), podendo considerar também o currículo em movimento com adequação à idade cronológica, com a participação efetiva dos alunos ENEEs, dos alunos não deficientes, dos pais e todos os profissionais da escola.

Esta programação individual deve prever os objetivos específicos, as atividades a serem trabalhadas, as estratégias e recursos didáticos além das avaliações de aprendizagem.

Alunos com determinadas comorbidades (orgânicas, déficits permanentes e degenerativos) podem ter maior comprometimento cognitivo, psíquico e sensorial, trazendo prejuízos às suas aprendizagens, mas não as impossibilita. Por isso, é fundamental considerar mais tempo para realizar as atividades, praticá-las com frequência, utilizar locais e situações reais e uso de material concreto.

## 11 PLANO DE AÇÃO

O presente plano de ação para implementação da PP se constitui como instrumento de compromisso de gestão escolar democrática que aborda as dimensões *pedagógica, de resultados educacionais, participativa, de pessoas, financeira e administrativa*, com o fito de garantir autonomia ao processo de ensino dentro do princípio da legalidade e da responsabilidade.

**QUADRO 5 – Plano de Ação para implementação da Proposta Pedagógica.**

Objetivos	Ações	Metas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar o ingresso dos estudantes no Ensino Superior.</li> <li>• Promover a melhora da saúde mental/emocional dos atores educacionais.</li> <li>• Melhoras nas taxas de aprovação, reprovação e abandono.</li> <li>• Possibilitar o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Escola referente à etapa do Ensino Médio.</li> <li>• Despertar no aluno o interesse de dar continuidade nos estudos.</li> <li>• Possibilitar que a escola se constitua como um espaço de socialização, integração e reintegração entre educandos e educadores, promovendo ações emancipadoras, bem como adaptar os estudantes fora da faixa etária.</li> <li>• Implementar, de forma efetiva, a educação inclusiva, a fim de atender à diversidade presente no ambiente escolar, assim como ofertar uma educação voltada ao respeito às diferenças.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de aulões de resolução de exercícios em turno contrário.</li> <li>• Promoção de estudos sobre redação.</li> <li>• Promoção de estudos das obras do PAS nas diversas disciplinas.</li> <li>• Promoção de estudos dos documentos que regulamentam os certames, por parte dos professores (em coordenação) e dos estudantes (em sala de aula).</li> <li>• Orientação dos estudantes quanto às formas de ingresso no ensino superior e técnico e quanto aos programas que objetivam facilitar o acesso a esse nível educacional (vestibular convencional, Enem, PAS, Prouni, Pronatec, Fies, Sisu).</li> <li>• Acompanhamento dos estudantes em processo de recuperação e dependência. Eles virão à escola no decorrer do ano letivo para realizar atividades diversas sob supervisão dos professores regentes e coordenadores.</li> <li>• Promoção de discussões sobre a liderança e eleição dos representantes de turma, atribuindo responsabilidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a aprovação de 20% do alunado em exames externos de ingresso no ensino superior em 2021.</li> <li>• Acompanhar, no ano de 2021, 100% os estudantes interessados no ingresso ao ensino superior, a partir do trabalho dos profissionais do laboratório de informática e orientação educacional, durante o processo de inscrição.</li> <li>• Acompanhar, no ano de 2021, 100% dos estudantes em processo de recuperação e dependência, por meio de divulgação de termo de ciência e planejamento de atividades processuais.</li> <li>• Garantir a participação dos estudantes no Simulado DF 2021, de acordo com o quórum mínimo exigido para o cálculo do IDEB da escola.</li> <li>• Promover quatro encontros com os pais e responsáveis no</li> </ul>

- Promover o real atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, transtornos funcionais, rendimento insatisfatório, distúrbios psicológicos e sociais, criando sistemas de apoio e inclusão.
- Fomentar a articulação dos docentes das classes regulares com os profissionais que atuam nos serviços e nas classes especiais, com vias a promover o atendimento eficaz aos ENEEs e aos estudantes com transtornos funcionais.
- Valorizar o espaço da coordenação pedagógica para promoção da formação continuada.
- Promover a participação da comunidade na definição e na implementação de decisões que envolvam questões do cotidiano escolar.
- Valorizar o conselho escolar como parte integrante das tomadas de decisões.
- Valorizar os profissionais da educação.
- Incentivar a participação dos sujeitos, respeitando suas opiniões nos processos da gestão democrática.
- Contribuir para que o servidor adquira conhecimento para seu desenvolvimento como profissional e cidadão.
- Oferecer ao corpo docente e aos da carreira assistência os materiais necessários para o desempenho de suas funções.
- Manter contato direto com a coordenação regional de ensino e suas gerências para assegurar o bom atendimento aos estudantes.
- Promoção atividades que aproximem os estudantes do mercado de trabalho: estudo das carreiras — atentando para as ditas profissões do futuro —, do mercado de trabalho e orientação vocacional.
- Promoção de atividades diversificadas de atendimento e acolhimento dos estudantes e professores.
- Promoção de atividades que relacionem os saberes próprios dos estudantes com os científicos, a fim de que não só discutam os conhecimentos historicamente construídos, mas também os que adquiriram a partir da vida em comunidade.
- Utilização dos resultados das provas diagnósticas e do boletim de desempenho no PAS para reorganização da prática pedagógica.
- Promoção de formações com a comunidade escolar sobre o tema “inclusão”.
- Articulação dos projetos de ação coletiva entre todos os segmentos ofertados na escola, corroborando vivências.
- Promoção de oficinas sobre a facilitação do trabalho pedagógico para os professores.
- Compartilhamento de experiências exitosas e de conhecimentos específicos entre os docentes.
- Pintura e reforma nos pavilhões, a fim de tornar o ambiente escolar mais agradável.
- Planejamento da disciplina de Parte Diversificada (PD) de modo que atenda ano de 2021, dois em cada semestre. No primeiro momento com os dos ENEEs, e, no segundo momento, com todos, para promover o acolhimento dos familiares no ambiente escolar e tratar da sua atuação no desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes.
- Reunir a documentação histórico-pedagógica de 100% dos ENEEs até o final do ano letivo de 2021, por meio de solicitação via SEI, visita às unidades sequenciais e à Unieb.
- Promover dois momentos de intervenção no ano letivo de 2021, junto ao CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), batalhão escolar, polícia civil e posto de saúde para prevenir e minimizar o uso e tráfico de drogas.



funcionamento da unidade escolar.

- Respeitar e cumprir a legislação vigente quanto à utilização de cada recurso financeiro recebido.
- Assegurar a transparência na execução e na prestação de contas relativas aos recursos financeiros repassados à instituição educacional, oriundos da descentralização financeira.
- Definir junto com a comunidade escolar, ou seus representantes legais, as prioridades na utilização das verbas recebidas pela escola.
- Informar a comunidade escolar acerca de todas as melhorias feitas em benefício da escola.

ao interesse e às necessidades da comunidade estudantil.

- Adaptação dos ambientes da instituição de ensino de forma a garantir o acesso, a segurança e a valorização das pessoas com necessidades especiais.
- Estabelecimento de parcerias com os CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), batalhão escolar, polícia civil, postos de saúde para promoção de oficinas e palestras.
- Promoção de reuniões mensais e/ou bimestrais informativas e de sensibilização com os responsáveis pelos estudantes.
- Promoção de reuniões do conselho escolar acerca da prática pedagógica.
- Orientação dos servidores quanto às normas regimentais e disciplinares.
- Compartilhamento de responsabilidades com todos os atores educacionais, de forma que participem das decisões de forma descentralizada.
- Estímulo do servidor da carreira assistência para o exercício de suas atividades de forma articulada e integrada com os demais setores da unidade escolar.
- Administração das verbas recebidas com a participação da comunidade escolar.
- Definição das prioridades financeiras por meio de um processo democrático.
- Utilização dos recursos de acordo com as necessidades pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, em conformidade com a legislação vigente.

- Prestação de contas a toda comunidade escolar.

**Fonte: CEM 02 de Sobradinho.**

## 12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PP

Os objetivos da prática pedagógica no CEM 02 sinalizados na PP fundamentam o planejamento das ações individuais — correlatas às atividades propostas nas aulas dos diversos componentes curriculares — e coletivas, que compõem os projetos da escola. Nesse sentido, o acompanhamento e avaliação dessas ações acontecem nas coordenações e nos conselhos de classe. Os registros das considerações tecidas nesses momentos são feitos em documentos físicos (atas de reunião) e no ambiente virtual do *Google Classroom*. A análise da prática individual é feita nas coordenações por bloco, às segundas, enquanto a análise das ações referentes aos projetos é feita nas coordenações coletivas, às quartas-feiras. A periodicidade de tais análises é irregular, pois são realizadas de acordo com a demanda do trabalho em coordenação. Já a (re)construção do corpo do texto da PP será feita no começo de cada ano, preferencialmente na semana pedagógica, considerando os ajustes levantados no anterior.

## 13 PROJETOS ESPECÍFICOS

### 13.1 MOSTRA PEDAGÓGICA

A proposição de tal projeto justifica-se na necessidade de integrar os conhecimentos a partir dos eixos cultura, ciência, tecnologia e mundo do trabalho. Partindo desse pressuposto, os atores do processo educativo devem se apropriar da pesquisa como uma ferramenta que possibilita a análise dos acontecimentos a sua volta, desenvolvendo a criticidade, a capacidade de opinar, e mobilizar novos conhecimentos (DISTRITO FEDERAL, 2014a). Quanto à promoção do estudo por meio de temas transversais, é importante destacar que

Conceber a gestão do conhecimento escolar enriquecida pela adoção de temas a serem tratados sob a perspectiva transversal exige da comunidade educativa clareza quanto aos princípios e às finalidades da educação, além de conhecimento da realidade contextual, em que as escolas, representadas por todos os seus sujeitos e a sociedade, se acham inseridas. Para isso, o planejamento das ações pedagógicas pactuadas de modo sistemático e integrado é pré-requisito indispensável à organicidade, sequencialidade e articulação do conjunto das aprendizagens perspectivadas, o que requer a participação de todos. Parte-se, pois, do pressuposto de que, para ser tratada transversalmente, a temática atravessa, estabelece elos, enriquece, complementa temas e/ou atividades tratadas por disciplinas, eixos ou áreas do conhecimento. (BRASIL, 2014a, p. 29).

O projeto da Mostra Pedagógica tem, então, como objeto geral habilidades relacionadas à pesquisa acadêmica e apresentação de resultados no âmbito dos eixos integradores e transversais do Currículo Em Movimento, por meio de relatório da pesquisa e da expressão oral. Nesse contexto, são objetivos específicos:

- Desenvolver habilidades quanto à seleção e organização de ideias; construção de texto escrito e apresentação de resultados, considerando variadas formas de expressão;
- Possibilitar o desenvolvimento de trabalhos coletivos que favoreçam a interação e cooperação entre pares;
- Favorecer o desenvolvimento da autonomia, criando situações reais que exijam a tomada de decisões diante da necessidade de resolução de problemas.

O projeto é realizado ao longo de dois bimestres, por meio de pesquisa e apresentação de resultados pelos estudantes sob a orientação de professores;

As etapas do projeto consistem em pesquisa sobre um tema e comunicação de resultados por meio de um relatório de pesquisa e apresentação oral (podendo esta, ser enriquecida por meio de expressões artísticas).

As turmas serão divididas em quatro grupos, gerando, então, 56 apresentações, que acontecerão ao longo de quatro dias. Cada grupo da turma pode pesquisar sobre um tema específico ou, então, a turma delimita um tema geral e cada grupo pesquisa sobre subtemas correlatos (ou tópicos).

As etapas da apresentação oral envolvem organização do espaço físico (15 minutos), apresentação dos resultados (25 minutos), discussão com a banca examinadora (10 minutos) e desmontagem (10 minutos).

A fim de convidar seus pares para sua apresentação, cada grupo deve confeccionar, em folha A4, um material de divulgação a ser afixado nos murais da escola pela coordenação. Esse material pode ser confeccionado em forma de resumo, sinopse, propaganda, convite.

São critérios de avaliação:

- Do relatório de pesquisa: adequação quanto à estrutura e formatação exigidos na descrição do projeto; clareza na descrição da justificativa, dos objetivos e da metodologia; relevância das informações contidas no desenvolvimento, possibilitando o subsídio da apresentação oral; e coerência entre as considerações finais apresentadas e os objetivos traçados na introdução.
- Do material de divulgação: adequação quanto à estrutura exigida na descrição do projeto; e organização das informações de forma didática e atrativa.
- Da apresentação oral: clareza na exposição das ideias que apresentam os resultados obtidos; domínio e aprofundamento do tema; e coerência entre os recursos utilizados e a proposta de apresentação descrita no relatório de pesquisa.

## 13.2 GINCANA

A competição em formato de gincana na unidade escolar tem como objetivo geral integrar escola e comunidade, por meio de atividades sociais, culturais e esportivas, buscando estimular o conhecimento, a disciplina, a criatividade e a socialização. Assim sendo, são objetivos específicos:

- Promover a integração entre estudantes, professores, funcionários, pais e comunidade oportunizando a integração escola, família e comunidade.
- Desenvolver valores, exercitar a solidariedade, cultivar o cuidado com o meio ambiente, praticar a reutilização de materiais.
- Desenvolver o espírito participativo como atitude positiva e enriquecedora da formação do cidadão;
- Desenvolver aspectos culturais, lúdicos, sociais e comunitários.
- Exercitar o espírito de liderança e motivação.
- Resgatar valores essenciais à vida.

Participam da gincana atores educacionais dos turnos matutino e vespertino: estudantes da Classe Especial, da EJA Interventiva e do Ensino Médio regular, professores e demais servidores dessa instituição de ensino. Tais atores são organizados em seis equipes temáticas — três para cada turno —, e concorrem a um passeio recreativo. Além disso, o projeto culmina na realização da Festa Junina (por vezes Julina).

As tarefas a serem cumpridas, repensadas a cada ano, são caracterizadas como *programadas*, *surpresas* e de *arrecadação de alimentos*. Os alimentos arrecadados são utilizados na Festa Junina e no passeio recreativo.

### 13.3 JOGOS INTERCLASSE

Os jogos interclasse configuram-se como competição esportiva, geralmente nas modalidades de futebol de salão (masculino e feminino), basquete 21 pontos (masculino e feminino), vôlei (misto), queimada (misto) e xadrez (unissex).

O Centro de Ensino Médio 02 de Sobradinho tem como um de seus objetivos, promover a saúde física e emocional dos seus alunos, funcionários e professores. Com isso, procura estimular o desenvolvimento integral do indivíduo, na convivência com os demais componentes da comunidade escolar, propiciando a futura realização de programas de atividades físicas, didáticas, esportivas, culturais e de lazer.

Somente poderão participar dos jogos interclasse o estudante que estiver:

- a) Devidamente inscrito segundo cronograma a ser divulgado.
- b) Ser aluno ativo (devidamente matriculado e assíduo) da escola.
- c) O aluno que cometer infrações disciplinares e for suspenso pela direção da escola, após a divulgação desse evento, não poderá participar dos jogos. Nos casos dos alunos advertidos a comissão organizadora avaliará a possibilidade da participação desse aluno.

Acredita-se que valores como responsabilidade, cooperação, respeito, liderança e persistência podem ser objeto de reflexão por meio da prática esportiva, fazendo das práticas de atividades físicas coletivas na escola um importante elemento humanizador na preparação de jovens e crianças para a vida em sociedade.

### 13.4 PROVA INTERDISCIPLINAR

O projeto da Prova Interdisciplinar está em processo de reformulação. Anteriormente, tal projeto referia-se à construção de uma prova cujas questões eram meramente escolhidas — e algumas ocasionalmente adaptadas — de exames externos por parte dos professores de todos componentes curriculares.

Após realizar a prova em sucessivos anos, surgiu a necessidade de construir

uma prova que fosse, de fato, interdisciplinar, cujas respostas às questões dos diversos componentes fossem norteadas por textos motivadores. Diante de tal necessidade, o grupo docente vem estudando uma possível metodologia para implementação do projeto nesse molde.

O presente projeto tem como objetivo geral preparar o estudante para a realização de exames externos. Como objetivos específicos, destacam-se:

- Possibilitar ao estudante experiência mais próxima possível da realização de exames externos como o PAS, o Enem e o vestibular convencional da UnB, desde a organização do espaço físico na qual a prova é realizada, nos procedimentos adotados durante sua aplicação e nas características das questões elaboradas.
- Desenvolver habilidades referentes à resolução de questões características de exames externos, à gestão de tempo de prova e ao preenchimento de cartões-resposta.

### 13.5 VIVA A VIDA

O Projeto Viva a Vida originou-se no CEM 02 a partir de uma demanda apresentada no próprio Calendário Anual Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que em consonância com a Lei de n.º 11.988, de 27 de julho de 2009, estabelece e regula a Semana de Educação para a vida em todas as escolas públicas do país.

A lei acima citada dispõe sobre a abordagem pedagógica de conhecimentos e matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: Ecologia e Meio Ambiente, Educação para o Trânsito, Sexualidade, Prevenção contra Doenças Transmissíveis, Direito do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente. Tais assuntos devem ser abordados por meio de seminários, palestras, exposições-visita, projeções de slides, filmes ou qualquer outra forma não convencional, envolvendo toda a comunidade escolar num esforço amplo e conjunto de mobilização.

Dessa forma, conforme o período assinalado a cada ano letivo no calendário escolar, são planejadas, no âmbito da coordenação coletiva, atividades



diversificadas envolvendo estudantes, pais, responsáveis, professores e servidores, quer seja, toda a comunidade escolar.

Na prática, o projeto é desenvolvido de forma progressiva e interdisciplinar por meio de oficinas de teatro e dança, palestras, dinâmicas de grupo, rodas de conversa, apresentações teatrais, palestras, atendimentos psicológicos, jogos, aulas interativas, seminários, entre outras práticas pautadas no protagonismo juvenil, na educação de pares e na parceria com profissionais variados dos mais diversos setores da sociedade.

Nesse sentido, o objetivo geral compreende o desenvolvimento de atividades de reflexão bem como relativas à elaboração de conceitos e opiniões sobre a valorização da vida, os direitos humanos, a importância da participação (crítica e ativa) de cada ser humano na construção de um mundo mais digno e harmonioso, com justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade.

No pertinente aos objetivos específicos, ressaltam-se:

- Desenvolver o sentimento de valorização da vida.
- Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar.
- Oportunizar o conhecimento dos principais direitos humanos.
- Facultar o processo de inclusão e autoaceitação.
- Favorecer a prática do respeito mútuo.
- Proporcionar o desenvolvimento da autoestima.
- Promover a tolerância à diversidade.
- Estabelecer relações interpessoais solidárias.
- Fomentar o diálogo acerca de assuntos decorrentes das transformações pessoais e sociais.
- Estimular a liberdade de expressão e o protagonismo juvenil.

## 13.6 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O fenômeno da globalização requer a rápida transmissão de informações; nesse contexto, o domínio do computador e suas ferramentas nativas apresenta-se como fator importante na inserção dos indivíduos em processos contemporâneos.

Faz-se importante, então, que a escola disponibilize o serviço de informática, auxiliado por profissionais especializados, de forma que o acesso e a multiplicação da informação possibilite aos estudantes o desenvolvimento cognitivo e social.

Implementar a informática como abordagem de ensino para o século XXI não significa simplesmente introduzir o computador e softwares educacionais na escola. Estes devem ser utilizados dentro de um contexto e de acordo com os conteúdos do componente curricular, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências específicas das séries. É importante que o professor se aproprie das ferramentas tecnológicas da informática, favorecendo, assim, o repensar do próprio ato de ensinar.

O serviço fornecido no Laboratório de Informática tem como objetivo geral dar suporte aos docentes e discentes na utilização de ferramentas tecnológicas necessárias em práticas específicas, programadas nos diversos componentes curriculares.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Auxiliar estudantes e professores na realização de pesquisas, construção de texto em formato digital e elaboração de aulas envolvendo as tecnologias de informação e comunicação.
- Possibilitar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico estabelecendo ações para a inclusão digital da comunidade escolar.
- Possibilitar aos atores educacionais o aprendizado quanto a utilização de diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos, a fim de adquirir e construir conhecimentos.
- Proporcionar aos alunos a oportunidade de utilizar os recursos tecnológicos, em especial a internet, com o ambiente de pesquisa,

para desenvolver as atividades propostas pelos professores;

- Formar educadores para a atuação educativa por meio de ferramentas tecnológicas.
- Fornecer informações à comunidade escolar sobre mercado de trabalho, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o PAS (Programa de Avaliação Seriada), o vestibular da Universidade de Brasília (UnB) e novidades do interesse desses indivíduos.
- Disponibilizar o espaço físico e o equipamento para a realização de aulas que necessitem de ambiente alternativo e/ou do trabalho com computadores.

O Laboratório de Informática conta com 30 computadores — operando com sistemas Windows e Linux, dispondo de *sites* e *softwares* para fins educativos, bem como aplicativos de processamento de texto, multimídia e planilhas —, 2 impressoras, projetores multimídia e caixas amplificadoras de som. O acesso à internet se dá por meio do fornecimento de dados em banda larga. A sala é climatizada e possui rede lógica com 40 pontos e rede elétrica estabilizada com 40 tomadas.

O serviço é fornecido em período simultâneo ao do trabalho pedagógico nos turnos matutino, vespertino e noturno. As atividades são desenvolvidas de acordo com o calendário escolar. Para utilização do espaço para aulas, o atendimento se dá partir de agendamento prévio.

### 13.7 BIBLIOTECA GRACILIANO RAMOS

Diante da necessidade de retirar o estudante do cotidiano escolar maçante, a biblioteca e/ou sala de leitura apresenta-se como mais uma alternativa para realização de atividades lúdicas, dinâmicas e de interação social, possibilitando aos discentes que complementem os conhecimentos discutidos nas aulas e que descubram o mundo da leitura e escrita, reforçando sua construção ética, moral e social.

Há poucos anos a biblioteca os foi reformada e atualmente se apresenta

como um espaço vivo e pertencente a todos atores educacionais, possibilitando, principalmente ao estudante, o contato com obras clássicas e atuais, bem como fomentando o desenvolvimento do gosto e hábito da leitura — condições indispensáveis ao desenvolvimento social e à realização individual do educando.

O serviço fornecido pelos professores da Biblioteca Graciliano Ramos tem como objetivo geral estabelecer a interação apoiar e incentivar as ações pedagógicas realizadas na unidade escolar por meio de orientação quanto à bibliografia disponível para os estudos.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Incentivar projetos de leitura no ambiente escolar.
- Fomentar o hábito e o desenvolvimento da leitura e da escrita.
- Estimular a criatividade e pesquisa no âmbito escolar.
- Possibilitar aos docentes a sensibilização sobre a importância da biblioteca como ferramenta de diversificação da prática pedagógica.
- Contribuir para formação de leitores autônomos e competentes, bem como de cidadãos críticos e atuantes na sociedade na qual vivem.

No intuito de alcançar os objetivos traçados pela equipe da biblioteca, relacionam-se as seguintes ações:

- Divulgar entre os alunos e professores o acervo da biblioteca disponível.
- Adequar o espaço físico para a realização de atividades pedagógicas mais criativas, lúdicas, dinâmicas e diversificadas.
- Conservação do patrimônio e obras.
- Separação e indicação do acervo de obras referentes ao PAS e Enem junto aos alunos do Ensino Médio regular e da EJA.
- Realização da entrega e recolhimento dos livros didáticos.
- Controle de empréstimo e recolhimento das obras literárias.
- Realização de atividades de leitura e apoio a formação ética, moral,

social e cidadã do educando, como por exemplo, atividades de leitura e palestras sobre drogas e sexualidade.

### 13.8 SEMANA DA EJA

#### **JUSTIFICATIVA:**

O aluno da EJA – Educação de Jovens e Adultos trata-se de um público que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela exclusão da educação regular ou pela necessidade de trabalhar. São alunos que na sua maioria, estão inseridos no mercado de trabalho, ou que ainda esperam nele ingressar, visam à certificação para manter sua situação profissional ou para o próprio conhecimento, objetivando a melhoria da qualidade de vida, ambos tiveram que romper barreiras preconceituosas, geralmente transpostas em função de um grande desejo de aprender.

Estes alunos tem a característica de responder pelos seus atos e palavras, além de assumir responsabilidades diante dos desafios da vida. Eles quando chegam à escola, trazem consigo muitos conhecimentos “assistemáticos” ou o que podemos chamar de “saberes nascidos dos seus fazeres”, o que gera também muitos “medos”, pouca auto-estima e pouca motivação para aprender, o que leva à índices consideráveis de evasão escolar.

Sabemos que a problemática da evasão escolar no contexto da EJA (Educação de Jovens e Adultos), está muito presente em diversas escolas brasileiras, é uma questão que necessita de um olhar diferenciado, analisando o tema em questão nesta modalidade de ensino, acreditamos que as possíveis causas da evasão escolar no público EJA nas instituições de ensino possam ser levada pela desmotivação das famílias, baixa auto-estima dos alunos, falta de perspectiva de vida, trabalho enfadonho e a distância da escola, em fim, são diversos problemas, todos estes fatores tem sido relevante para causar a evasão no público EJA, este problema nós chama atenção.

Pretendemos com este trabalho apresentar propostas que venha amenizar esta problemática, pois pesquisando as possíveis causas da evasão escolar, o que leva o aluno a distanciar-se da escola. Nos enquanto escola precisamos analisar

cuidadosamente, esta situação tão relevante, que necessita de uma atenção especial, com que venha de encontro a amenizar esta problemática, pois não é uma realidade que enfrentamos somente em nossa escola, mas nas escolas de todo o Brasil.

#### **OBJETIVO:**

Desenvolver ações que possibilite a elevação da motivação e auto-estima do público EJA, proporcionando momentos saudáveis, um ambiente agradável e motivador para a clientela do 3º Segmento da EJA, valorizando a criatividade dos discentes e buscando uma melhor socialização no ambiente escolar.

#### **METODOLOGIA:**

- Palestras;
- Oficinas práticas;
- Jantar Homenagem as mães e Mulheres;
- Provão – Simulado Interdisciplinar;
- Prova de Redação.

#### **AVALIAÇÃO:**

Após a realização do evento far-se-á avaliação para possíveis correções de falhas existentes.

### 13.9 SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

#### **JUSTIFICATIVA:**

Comemorar o dia 20 de novembro – Dia da Consciência negra, dedicando uma semana do mês de novembro, para debater e refletir sobre as diferenças

raciais e a importância de cada um no processo de construção de nosso país, estado e comunidade.

#### **OBJETIVO:**

- Valorizar a cultura negra e seus afrodescendentes e afro-brasileiros, na escola e na sociedade;
- Promover a reflexão e resgate da identidade negra;
- Reconhecer alimentos, receitas e objetos de origem africana;
- Construir conhecimentos sobre as tradições, crenças e maneiras de vestir-se.

#### **METODOLOGIA:**

- Comidas típicas;
- Danças;
- Apresentação de coreografias;
- Desfile Beleza Negra;
- Apresentação Musical;
- Provão – Simulado Interdisciplinar;
- Prova de Redação.

#### **AValiação:**

Após a realização do evento far-se-á avaliação para possíveis correções de falhas existentes.

13.10 MURAL VIVO

#### **JUSTIFICATIVA:**

O mural é um recurso importante para tornar as aprendizagens dos estudantes visíveis a professores, funcionários e familiares. É um bom espaço também para divulgar campanhas, expor um jornal semanal ou quinzenal produzido pela garotada, sugerir dicas de leitura e de filmes ou convidar para apresentações.

A agenda de eventos e as notícias têm que ser atualizadas periodicamente. Conteúdo permanente, como o calendário do ano, mapas e a lista de aniversários, também têm lugar garantido. Nos corredores, acessíveis a toda a comunidade escolar, devem estar contemplados assuntos de interesse comum. Informações relativas aos estudos desenvolvidos durante as aulas, como cartazes, notícias, produções escritas e desenhos dos alunos, podem ir para a parede da sala

### **OBJETIVOS:**

- Criar um espaço para divulgação de informações, promoção da liberdade de expressão, da cultura e do debate de ideias;
  - Fomentar discussões acerca de cultura e educação;
  - Mobilizar e incentivar a produção cultural no espaço da Escola;
- Oferecer informações claras e precisa para a comunidade escolar.

### **AVALIAÇÃO:**

Após a realização de cada evento far-se-á avaliação para possíveis correções de falhas existentes.

## **13.11 SABORES DA DIVERSIDADE**

### **JUSTIFICATIVA**

Por serem distintos os atendimentos, à Classe Especial cabem os estudantes com comprometimento de moderado a severo, com a característica de pautar-se principalmente no Currículo Funcional, diferenciando-se substancialmente do currículo da Educação de Jovens e Adultos, com vistas ao mundo do trabalho. À



EJA Interventiva, cabem os estudantes maiores de 15 anos, cujos diagnósticos apontem para a possibilidade de inserção no mundo do trabalho segundo as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal e as Diretrizes da Educação Especial. O Centro de Ensino Médio 02 de Sobradinho possui duas turmas de EJA Interventiva, uma no período matutino e outra no período vespertino. Ambas com a possibilidade de ter entre oito e 15 estudantes em cada uma delas.

Consideramos a importância desses sujeitos na sociedade, compreendemos a necessidade de proporcionar uma educação de qualidade que também os integre ao mundo do trabalho. Em sua maioria - nas nossas turmas – os pais são muito cuidadosos e protetores. Não há mal algum nessas características, no entanto observamos a dificuldade em dar-lhes autonomia até mesmo para os cuidados pessoais, potencializando essa dependência. Ao se trabalhar questões importantes como a autonomia, vimos no viés da Educação Profissional grandes expectativas na vida desses estudantes.

Já apontado como Metas pelo Plano Nacional de Educação e pelo Plano Distrital de Educação, o diálogo da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional deve ser uma forma de atendimento que garanta uma melhora na qualidade de vida dos estudantes, bem como o interesse subjetivo na elevação da escolaridade:

Parágrafo único. A Educação de Jovens e Adultos deve articular-se, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica, propiciando, simultaneamente, a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores. (RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012)

Assim, o projeto nasceu a partir das possibilidades que pudessem ser viáveis em uma escola pública, com grande espaço para o plantio de pimentas e o apoio da Gestão mediante o Projeto apresentado.

Os benefícios, além de uma relação contextualizada do projeto com os conteúdos curriculares, nos quais envolvem os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Ciências da Natureza e Matemática, são de promover uma maior interação com o mundo do trabalho e uma perspectiva crítica das relações do comércio.

O trabalho se justifica pela importância para o público específico dessas turmas. A EJA Interventiva, como já mencionado anteriormente, é uma classe na modalidade de EJA que atende exclusivamente estudantes jovens e adultos, maiores de 15 anos, com o diagnóstico de Deficiência Intelectual – DI, Transtorno do Espectro Autista - TEA e Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD. Conforme as Diretrizes Operacionais da EJA, o contexto do mundo do trabalho deve ser articulado com a dinâmica do dia-a-dia do aluno, contribuindo para a sua formação como cidadão.

## OBJETIVO GERAL

Promover a compreensão do mundo do trabalho por meio das etapas do cultivo e produção de conservas de pimenta.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apreender as fases do desenvolvimento das plantas a partir da preparação da terra, o plantio e seu cultivo;
- Identificar os elementos necessários para o plantio como água, terra e luz solar;
- Observar o crescimento das plantas;
- Entender a fotossíntese;
- Executar os cuidados para o bom crescimento das pimentas;
- Identificar o momento da colheita;
- Compreender a relação entre produção, trabalho e lucro;
- Planejar a preparação dos frutos para comercialização;
- Preparar a esterilização dos recipientes para as conservas, compreendendo o que são fungos e bactérias;
- Manipular a pimenta antes da feitura da conserva para evitar o botulismo e a salmonela;
- Compreender a composição dos sabores e função dos ingredientes, como açúcar, sal, vinagre e azeite.

- Assimilar as relações do valor gasto com o valor do trabalho para determinar o valor da venda;
- Estabelecer critérios para a utilização do lucro.

## CONTEÚDOS CURRICULARES

Compreendendo a importância de se entender o mundo do trabalho e a integração curricular, foi possível trabalhar de forma entrelaçada os conteúdos curriculares propostos pela BNCC (2018). Para otimizar a organização e efetividade do trabalho pedagógico, foram relacionadas as habilidades trabalhadas no decorrer do Projeto na Tabela 1:

CIÊNCIAS DA NATUREZA		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Matéria e Energia	Ciclo hidrológico	(EF05CI03) Selecionar argumentos que justifiquem a importância da cobertura vegetal para a manutenção do ciclo da água, a conservação dos solos, dos cursos de água e da qualidade do ar atmosférico.
Vida e Evolução	Seres vivos no ambiente	(EF02CI04) Descrever características de plantas e animais (tamanho, forma, cor, fase da vida, local onde se desenvolvem etc.) que fazem parte de seu cotidiano e relacioná-las ao ambiente em que eles vivem.
	Plantas	(EF02CI05) Investigar a importância da água e da luz para a manutenção da vida de plantas em

		<p>geral.</p> <p>(EF02CI06) Identificar as principais partes de uma planta (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e a função desempenhada por cada uma delas, e analisar as relações entre as plantas, o ambiente e os demais seres vivos.</p>
	Cadeias alimentares simples	(EF04CI05) Descrever e destacar semelhanças e diferenças entre o ciclo da matéria e o fluxo de energia entre os componentes vivos e não vivos de um ecossistema.
	Microrganismos	(EF04CI06) Relacionar a participação de fungos e bactérias no processo de decomposição, reconhecendo a importância ambiental desse processo
Terra e Universo	Escalas de tempo	(EF01CI05) Identificar e nomear diferentes escalas de tempo: os períodos diários (manhã, tarde, noite) e a sucessão de dias, semanas, meses e anos.
	Movimento aparente do Sol no céu	(EF02CI07) Descrever as posições do Sol em diversos horários do dia e associá-las ao tamanho da sombra projetada.
MATEMÁTICA		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Números	Reconhecimento de números no contexto	(EF01MA01) Utilizar números naturais como

	diário: indicação de quantidades, indicação de ordem ou indicação de código para a organização de Informações.	indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas e reconhecer situações em que os números não indicam contagem nem ordem, mas sim código de identificação
	Quantificação de elementos de uma coleção: estimativas, contagem um a um, pareamento ou outros agrupamentos e comparação.	(EF01MA02) Contar de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos.
	Construção de fatos básicos da adição.	(EF01MA06) Construir fatos básicos da adição e utilizá-los em procedimentos de cálculo para resolver problemas.
	Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar)	(EF01MA08) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até dois algarismos, com os significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, com o suporte de imagens e/ou material manipulável, utilizando estratégias e formas de registro pessoais
	Problemas envolvendo adição de parcelas iguais (multiplicação)	(EF02MA07) Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4 e 5) com a ideia de adição de parcelas iguais por meio de estratégias e formas de registro pessoais, utilizando ou não suporte de imagens e/ou material manipulável.

Álgebra	Padrões figurais e numéricos: investigação de regularidades ou padrões em sequências	(EF01MA09) Organizar e ordenar objetos familiares ou representações por figuras, por meio de atributos, tais como cor, forma e medida.
Grandezas e Medidas	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas.	(EF01MA19) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.

**Tabela 1: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades desenvolvidas. Fonte: Base Nacional Curricular Comum. (BRASIL, 2018)**

Para além dos conhecimentos escolares, os estudantes puderam compartilhar o que aprenderam com outros estudantes da Unidade Escolar – estudantes do Ensino Médio.

#### PARTICIPANTES ENVOLVIDOS

Estudantes	Etapa/Turno
ANA PAULA MATIAS DE VASCONCELOS	3 <sup>a</sup> / vespertino
BRENDA LORRANY DE JESUS NASCIMENTO	1 <sup>a</sup> / matutino
CAMILA RODRIGUES MARIANO	3 <sup>a</sup> / matutino
CLÁUDIA SALES	1 <sup>a</sup> / matutino
DANIELSON RODRIGUES SÁTIRO	1 <sup>a</sup> / vespertino
DANILO SALES QUEIROZ	1 <sup>a</sup> / vespertino
ELISÂNGELA ANACLETO DOS SANTOS	1 <sup>a</sup> / vespertino
FERNANDA VICENTE DO NASCIMENTO	1 <sup>a</sup> / vespertino
FERNANDO DA SILVA AZEVEDO	1 <sup>a</sup> / vespertino

GEORGE GABRIEL MARTINS TURIBIO	1ª / matutino
HELDER BARROS GONÇALVES	1ª / matutino
JEFFERSON PORTELA DE ALARCÃO	3ª / matutino
LAÍSE CORRÊA BORGES	1ª / matutino
LUÍS ALBERTO RIBEIRO DOS SANTOS	1ª / vespertino
MÁRIO DA SILVA NASCIMENTO	1ª / vespertino
PEDRO CÉSAR SILVA CAMPOS	1ª / matutino
RODRIGO APARECIDO R. GODOI CARDOSO	1ª / matutino
SARAH DAMASCENA CABRAL SILVA	1ª / matutino
VINÍCIUS BOVE RODRIGUES DE SOUZA	1ª / matutino
VITOR HUGO LINS MOURA	1ª / matutino

**Tabela 2: participantes envolvidos**

## METODOLOGIA

Este trabalho consistiu na proposta de inserção dos estudantes em uma investigação que promovesse tanto a prática, quanto a teoria, interlaçadas com os componentes curriculares e dentro de uma perspectiva do mundo do trabalho. Assim, teve a pretensão de ser colaborativa, cujos esforços de todos convergiram em um objetivo comum: preparar o terreno, plantar quatro espécies de pimentas (Bode Amarela, Bode Vermelha, Iberaba Jalapeño e Biquinho), fazer as conservas e comercializá-las.

A integração curricular pressupõe de questionamentos vindos dos próprios estudantes nos muitos momentos de organização de cada etapa do referido projeto, sendo assim de caráter multidisciplinar, envolvendo também vários segmentos da unidade escolar. Para tanto, a comunidade escolar do Centro de Ensino Médio 02 abraçou o projeto e deu possibilidades de sua execução, compreendendo a sua contribuição na mudança dos hábitos e na forma de aprender dos alunos, e dando ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades esperadas pela modalidade.

No que concerne à pesquisa atrelada ao projeto, ela se caracterizou como exploratória, experimental que considera o estudo de campo como seu principal instrumentos. Para coleta, utilizamos a construção de um portfólio com os registros dos estudantes, bem como a utilização de registros fotográficos. O tempo escolar dessa modalidade é considerado semestral, enquanto que o tempo para o plantio e colheita pode e deve ter um tempo maior.

Para atender tal discrepância, foi necessário pensar em um cultivo rápido e com possibilidades de culminância dentro desse mesmo tempo. Esse foi o motivo da escolha do plantio de pimenteiras. Esclareceremos que a forma pensada para que todas as etapas (vide quadro) foram claramente acompanhadas pelos estudantes, estabelecendo uma ordem e os componentes curriculares envolvidos em cada etapa.

Na Tabela 3 temos a organização do Projeto com o que pensamos inicialmente na integração com o currículo da EJA.

	Etapas	Comp. Curriculares e Habilidades
01	Plantio das sementes/ compra de mudas maiores, já produzindo.	<b>Ciências:</b> (EF04CI05), (EF02CI05), (EF04CI06), (EF05CI03) <b>Matemática:</b> (EF01MA19), (EF01MA0), (EF01MA01)
02	Cuidados: regar e adequar a quantidade de sol.	<b>Ciências:</b> (EF05CI03), (EF02CI05), (EF01CI05), (EF02CI07)
03	Acompanhar o crescimento por meio de registros.	<b>Ciências:</b> (EF02CI06)
04	Realizar a colheita das pimentas	<b>Ciências:</b> (EF02CI06) <b>Matemática:</b> (EF01MA09), (EF01MA01)
05	Preparo dos vidros para a conserva.	<b>Ciências</b> (EF04CI06) <b>Matemática:</b> (EF01MA08), (EF01MA09)
06	Preparo da pimenta para a conserva.	<b>Ciências:</b> (EF04CI06) <b>Matemática:</b> (EF01MA02)
07	Montando a conserva – ingredientes.	<b>Ciências</b> (EF04CI05) <b>Matemática</b> (EF01MA09)



08	Venda do Produto.	<b>Matemática:</b> (EF01MA19), (EF01MA06), (EF01MA01)
09	Montagem do Portfólio e Banner	X
10	Apresentação do Projeto	X

**Tabela 3: componentes curriculares e habilidades trabalhadas em cada etapa do projeto.**

## ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Por tratar-se de um projeto desenvolvido apenas por estudantes especiais, a própria execução deste tornou-se uma ferramenta de inclusão na medida em que proporciona a intervenção dos estudantes no ambiente de uma escola inclusiva e dando visibilidade a esta modalidade, onde se delimita na interface entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Dentre as muitas ações do projeto, podemos destacar a construção da horta, a comercialização das conservas e apresentação do projeto em eventos locais.

Segundo a BNCC (2018), os alunos possuem vivências, saberes, interesses e curiosidades sobre o mundo natural e tecnológico que devem ser valorizados e mobilizados. Assim, o processo no qual se desenvolveu o Projeto, consistiu na prática do cultivo e cuidados pelos estudantes como atividade cotidiana no espaço escolar. Acrescenta-se ainda o apoio da comunidade escolar no desenvolvimento e na culminância do Projeto.

## EVIDÊNCIAS DAS APRENDIZAGENS ALCANÇADAS COM O TRABALHO

No que concerne ao Componente Curricular de Ciências da Natureza, iniciamos com o preparo da terra e a importância da água para a manutenção da vida da planta. Notou-se a mudança no comportamento dos estudantes quando estes, ao chegarem à sala, se preocupavam em verificar a terra para ver se estava úmida. O próprio acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das plantas, bem como a preocupação quando em dias muito chuvosos de prejudicar. Os estudantes, depois de algumas semanas do Projeto não precisavam mais serem

lembrados dos cuidados com as plantas. Também observavam o sol para verificar se haviam colocado as sementeiras em local com bastante luz, mas com alguma proteção também. Durante o processo, algumas sementes não vingavam. Algumas mudinhas murchavam e todos os episódios proporcionaram discussões e hipóteses.

Nos registros, como a maioria dos estudantes não estava alfabetizada. Era por meio do desenho que explicavam suas impressões acerca do acompanhamento do projeto.

Foi observado pelos estudantes, que o tempo para produzir cada espécie de pimenta foi diferente, assim como haviam pimenteiros que tinham flor e frutos ao mesmo tempo. O fator tempo então foi importante, considerando que todas foram plantadas no mesmo dia, em terrenos iguais, sob os mesmos critérios.

No que concerne ao Componente Curricular Matemática, todos os comprovantes de compras que faziam jus aos gastos do Projeto foram listados. Em seguida, foi calculado o valor dos gastos com a utilização do dinheiro de brinquedo para compreender o valor conjunto dos equipamentos (enxada e regador) e dos materiais (sementeiras, sementes e adubo). Além desses gastos, foi feito um cálculo aproximado do trabalho envolvido no cultivo e cuidados, além de uma média bem especulativa da água utilizada nesses dias com a ausência de chuvas. A compra de vidros para as conservas e todos os ingredientes que entrariam no processo também foi incluída na conta. O resultado foi dividido pelo produto final. Quanto valeu cada vidro de conserva de pimenta para a venda. Pensou-se na forma de culminância. Com o lucro, o que fariam? Alguns optaram por dividir os lucros. Como foi um lucro que mal daria para comprar um picolé, o grupo decidiu investir em mais adubo e sementes.

## AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO

A trajetória dos estudantes de participar de um projeto onde visa o trabalho, os cuidados e a venda de produtos foi bastante significativa, pois não só reclamaram de não ser justas as formas de trabalharem tanto para um lucro tão pequeno, quanto a observação de que competências precisariam para diminuir o trabalho e aumentar as vendas. O olhar crítico e colaborativo, as dificuldades de vender seus produtos,

os desafios da natureza, a organização das etapas de trabalho e a satisfação de participar de algo que gerasse um produto bonito, de qualidade, foram as maiores conquistas desse projeto.

O acompanhamento do Projeto foi realizado pelos próprios estudantes por meio de registros semanais, como desenho e pequenos textos coletivos, organizando as etapas do projeto e suas mudanças. O produto final consistiu em produzir conservas que foram apresentadas e comercializadas dentro da própria comunidade escolar, como forma de culminância.

A ideia é que todos pudessem relatar seus aprendizados e que o Projeto pudesse contribuir com a sua vida em sociedade, uma vez que, por suas características específicas, a maioria ainda permanece sob os cuidados dos pais e com pouca ou nenhuma autonomia.

Acreditamos que um Projeto dessa natureza pôde contribuir significativamente com os avanços nos desenvolvimentos cognitivos e sociais dos nossos estudantes, visto que o nosso compromisso e a tomada para si do projeto pelos estudantes foi efetivada por meio das ações que culminaram com o êxito no âmbito escolar e na validação apresentada para todas as escolas na Coordenação Regional de Ensino em 2018. Resultou, sem dúvidas, uma possibilidade de elevação da autoestima e dos resultados esperados no próprio conceito de deficiência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 72.846**, de 26 de setembro de 1973. Regulamenta a Lei n.º 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/d72846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013. 546 p. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica> >. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 5.564**, de 21 de dezembro de 1968. Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5564.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5564.htm) >. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 11.998**, de 27 de julho de 2009. Cria a Semana de Educação para a vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/L11988.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11988.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação**

**Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.º 2**, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2012-pdf/9864-rceb002-12](http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2012-pdf/9864-rceb002-12)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.º 3**, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em: <[confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf](http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.º 4**, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <[http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao\\_cneceb\\_no\\_4\\_de\\_13\\_de\\_julho\\_de\\_2010.pdf](http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_cneceb_no_4_de_13_de_julho_de_2010.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Médio.** Brasília, 2014a. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur\\_mov/5\\_ensino\\_medio.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/5_ensino_medio.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e Em Larga Escala.** Brasília, 2014c. 68p. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/diretrizes\\_avaliacao\\_educacional.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/diretrizes_avaliacao_educacional.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos: 2014/2017.** Brasília, 2014d. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/diretrizes\\_eja\\_2014\\_2017.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/diretrizes_eja_2014_2017.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade: ensino médio.** Brasília, 2014e. 93p. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ens\\_medio/diretrizes\\_semes](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ens_medio/diretrizes_semes)>

tralidade.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Estratégia de Matrícula 2019**. Brasília, 2018a. 117 p. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/estrategia-de-matricula/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. **Lei n.º 4.751**, de 07 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei\\_4751\\_07\\_02\\_2012.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei_4751_07_02_2012.html)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Orientação Pedagógica: Ensino Especial**. Brasília, 2015a. 108p. Disponível em: <[www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ed\\_especial/orient\\_pedag\\_ed\\_especial2010.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ed_especial/orient_pedag_ed_especial2010.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientação Pedagógica da Orientação Educacional**. Brasília, 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Distrital de Educação**. Brasília, 2010. 142p. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/pde\\_15\\_24.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/pde_15_24.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Plano Orientador das Ações de Educação Especial nas Escolas Públicas do Distrito Federal**. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Portaria n.º 395**, de 14 de dezembro de 2018b. Dispõe sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional. Disponível em: <[http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/bf5bd6ff4c4f43b88fd9858cd4dec76e/Portaria\\_395\\_14\\_12\\_2018.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/bf5bd6ff4c4f43b88fd9858cd4dec76e/Portaria_395_14_12_2018.html)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal**. Brasília, 2015b. 126 p. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2016/10/regimento-escolar-rede-publica-de-ensino-df.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Resolução n.º 1**, de 11 de

setembro de 2012. *Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=246157>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Resolução n.1**, de 18 de dezembro de 2018c. Estabelece normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/d8fa1e9a820845abada0af6a5f61f402/Resolu\\_o\\_1\\_18\\_12\\_2018.html](http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/d8fa1e9a820845abada0af6a5f61f402/Resolu_o_1_18_12_2018.html)>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FERNANDES, D. Para uma teoria da avaliação formativa. **Revista Portuguesa de Educação**, v.19, n. 2, p. 21-56, 2006.

GONÇALVES, A. L. LARCHERT, J. M; **Avaliação da Aprendizagem**. Ilhéus: Editus, 2011.100 p.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 44. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 183 p.

PORTO, O. **Orientação Educacional: teoria, prática e ação**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Avaliação formativa**: práticas inovadoras. Campinas: Papirus, 2011.192 p.

\_\_\_\_\_. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2013. 144 p.